

WANDER GARCIA

Um dos maiores especialistas em Concursos Públicos do País

SUCESSO
de
VENDAS!

EM **CONCURSOS
JURÍDICOS
COMPACTO**

6.000 QUESTÕES
COMENTADAS

Autores

Wander Garcia,
Ana Paula Garcia,
André Barros, Anna C. Bontempo,
Arthur Trigueiros, Bruna Vieira,
Eduardo Dompieri, Fábio Tavares,
Felipe Maciel, Fernando Castellani,
Flávia M. Barros, Gabriela Rodrigues,
Gustavo Nicolau, Henrique Subi, Hermes A. Alencar,
Hermes Cramacon, José R. Camilotti, Leni Mouzinho,
Levy E. Magno, Lúcia Rossi, Luiz Carlos Michele Fabre,
Luiz Delloro, Marcos Destefenni, Murilo S. C. Neves,
Renan Flumian, Renato Montans, Robinson S. Barreirinhas,
Savio Chalita, Teresa Melo, Tiago Q. de Oliveira,
Vanessa Trigueiros.

– 100% DAS QUESTÕES DOS **3 ANOS**
ANTERIORES AO DA EDIÇÃO

– 30 DISCIPLINAS

– AUTORES ALTAMENTE
ESPECIALIZADOS

– COMENTÁRIOS ALTERNATIVA
POR ALTERNATIVA*

– QUESTÕES ALTAMENTE
CLASSIFICADAS

– GABARITOS NO
FINAL DA QUESTÃO,
FACILITANDO O
MANUSEIO

CIVIL

- Civil
- Processo Civil
- Empresarial
- Agrário

DIREITO PÚBLICO

- Constitucional
- Administrativo
- Tributário
- Financeiro
- Econômico
- Previdenciário
- Eleitoral

- Urbanístico
- Recursos Hídricos

INTERNACIONAL

- Internacional
- Humanos

TRABALHISTA

- Trabalho
- Proc. do Trabalho

CRIMINAL

- Penal
- Processo Penal
- Penal Extravagante

- Execução Penal
- Medicina Legal

DIFUSOS

- Processo Coletivo
- Consumidor
- Ambiental
- Improbidade Administrativa
- Criança e Adolescente
- Idoso
- Pessoa com Deficiência
- Educacional

*Os comentários das questões objetivas são de responsabilidade da Editora Foco.



Siga os autores
no twitter para
dicas e revisões



Na compra deste livro, **GANHE**, por dez dias,
acesso ao curso de Direito Civil (Parte Geral) do IEDI,
com o Prof. Wander Garcia

COMO PASSAR

COMO PASSAR

EM

**CONCURSOS
JURÍDICOS
COMPACTO**

SUCESSO
de
VENDAS!

EDITORA
FOCO



WANDER GARCIA
Um dos maiores especialistas em Concursos Públicos do País

SUCESSO
de
VENDAS!

EM **CONCURSOS
JURÍDICOS
COMPACTO**

6.000 QUESTÕES
COMENTADAS

COMO PASSAR

EDITORA
FOCO

2014 © Wander Garcia

Coordenador: Wander Garcia

Autores: Wander Garcia, Ana Paula Garcia, André de Carvalho Barros, Anna Carolina Bontempo, Arthur Trigueiros, Bruna Vieira, Eduardo Dompieri, Fábio Tavares, Felipe Maciel, Fernando Castellani, Flávia Moraes Barros Michele Fabre, Gabriela Rodrigues, Gustavo Nicolau, Henrique Subi, Hermes Arrais Alencar, Hermes Cramacon, José Renato Camilotti, Leni M. Soares, Levy Emanuel Magno, Licínia Rossi, Luiz Carlos Michele Fabre, Luiz Dellore, Marcos Destefenni, Murilo Sechieri Costa Neves, Renan Flumian, Renato Montans, Robinson Sakiyama Barreirinhas, Savio Chalita, Teresa Melo, Tiago Queiroz de Oliveira, Vanessa Tonolli Trigueiros.

Editor: Márcio Dompieri

Gerente Editorial: Paula Tseng

Equipe Editora Foco: Erica Coutinho, Georgia Dias e Ivo Shigueru Tomita

Capa – Criação: R2 Editorial

Capa – Adaptação: Linotec

Projeto Gráfico e Diagramação: Linotec

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Como passar em concursos jurídicos : compacto / Wander Garcia,
coordenador. – 1. ed. – Indaiatuba, SP : Editora Foco Jurídico,
2014. – (Coleção como passar)

ISBN 978-85-8242-095-9

1. Direito – Concurso público 2. Direito – Concursos públicos
– Exames, questões etc. I. Garcia, Wander. II. Série.

14-03885

CDU-34(079.1)

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Brasil : Concursos públicos : Direito 34(079.1)

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora Foco, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998.

Atualizações e erratas: a presente obra é vendida como está, sem garantia de atualização futura. Porém, atualizações voluntárias e erratas são disponibilizadas no site www.editorafoco.com.br, na seção *Atualizações*. Esforçamo-nos ao máximo para entregar ao leitor uma obra com a melhor qualidade possível e sem erros técnicos ou de conteúdo. No entanto, nem sempre isso ocorre, seja por motivo de alteração de software, interpretação ou falhas de diagramação e revisão. Sendo assim, disponibilizamos em nosso site a seção mencionada (*Atualizações*), na qual relataremos, com a devida correção, os erros encontrados na obra. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br.

Impresso no Brasil (05.2014)

Data de Fechamento (05.2014)

2014

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.

Al. Júpiter 578 - Galpão 01 – American Park Distrito Industrial
CEP 13347-653 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

APRESENTAÇÃO

A experiência diz que aquele que quer ser aprovado deve fazer três coisas: a) entender a teoria; b) ler a letra da lei, e c) treinar. A teoria é vista em cursos e livros à disposição no mercado. O problema é que ela, sozinha, não é suficiente. É fundamental “ler a letra da lei” e “treinar”. E a presente obra possibilita que você faça esses dois tipos de estudo. Aliás, você sabia que mais de 90% das questões de Concursos Jurídicos são resolvidas apenas com o conhecimento da lei, e que as questões das provas se repetem muito?

Cada questão deste livro vem comentada com o dispositivo legal em que você encontrará a resposta. E isso é feito não só em relação à alternativa correta. Todas as alternativas são comentadas, sempre que necessário¹. Com isso você terá acesso aos principais dispositivos legais que aparecem nas provas e também às orientações doutrinárias e jurisprudenciais.

Estudando pelo livro você começará a perceber as técnicas dos examinadores e as “pegadinhas” típicas de prova, e ganhará bastante segurança para o momento decisivo, que é o dia do seu exame.

É por isso que podemos afirmar, com uma exclamação, que esta obra vai lhe demonstrar **COMO PASSAR EM CONCURSOS JURÍDICOS COMPACTO!**

1. Eventualmente, algumas questões respondem “de per si” a pergunta, não ensejando comentários adicionais.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
COMO USAR O LIVRO	25
1. DIREITO CIVIL.....	27
1. LINDB.....	27
1.1. EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO	27
1.2. EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO.....	32
1.3. INTERPRETAÇÃO DA LEI	33
1.4. LACUNAS E INTEGRAÇÃO DA LEI.....	34
1.5. ANTINOMIAS E CORREÇÃO	34
2. GERAL.....	35
2.1. PRINCÍPIOS DO CÓDIGO CIVIL, CLÁUSULAS GERAIS E CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS	35
2.2. PESSOAS NATURAIS.....	36
2.2.1. INÍCIO DA PERSONALIDADE E NASCITURO.....	36
2.2.2. CAPACIDADE.....	37
2.2.3. EMANCIPAÇÃO	40
2.2.4. AVERBAÇÕES.....	41
2.3. PESSOAS JURÍDICAS	42
2.3.1. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	43
2.3.2. CLASSIFICAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	44
2.3.3. FUNDAÇÕES	45
2.3.4. ASSOCIAÇÕES.....	46
2.3.5. TEMAS COMBINADOS DE PESSOA JURÍDICA	47
2.4. DOMICÍLIO.....	50
2.5. DIREITOS DA PERSONALIDADE E NOME	51
2.6. AUSÊNCIA.....	57
2.7. BENS.....	59
2.8. FATOS JURÍDICOS.....	64
2.8.1. ESPÉCIES, FORMAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS.....	64
2.8.2. CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO	67
2.8.3. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	69
2.8.4. INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	76

2.9.	ATOS ILÍCITOS.....	81
2.10.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	81
2.11.	PROVA.....	89
3.	OBRIGAÇÕES.....	91
3.1.	INTRODUÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES	91
3.2.	TRANSMISSÃO, ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	98
3.3.	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	106
4.	CONTRATOS.....	109
4.1.	CONCEITO, PRESSUPOSTOS, FORMAÇÃO E PRINCÍPIOS DOS CONTRATOS	109
4.2.	CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	116
4.3.	ONEROSIDADE EXCESSIVA.....	119
4.4.	EVICÇÃO.....	119
4.5.	VÍCIOS REDIBITÓRIOS.....	120
4.6.	EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	122
4.7.	COMPRA E VENDA E TROCA.....	124
4.8.	COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA	127
4.9.	DOAÇÃO	127
4.10.	MÚTUO, COMODATO E DEPÓSITO	131
4.11.	EMPREITADA.....	133
4.12.	LOCAÇÃO.....	134
4.13.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	135
4.14.	MANDATO	135
4.15.	SEGURO	137
4.16.	FIANÇA.....	139
4.17.	OUTROS CONTRATOS E TEMAS COMBINADOS.....	140
4.18.	ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.....	142
5.	RESPONSABILIDADE CIVIL	143
5.1.	OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR	143
5.2.	INDENIZAÇÃO	154
6.	COISAS	155
6.1.	POSSE	155
6.1.1.	POSSE E SUA CLASSIFICAÇÃO	155
6.1.2.	AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE	159
6.1.3.	EFEITOS DA POSSE.....	160
6.2.	DIREITOS REAIS E PESSOAIS.....	164
6.3.	PROPRIEDADE IMÓVEL	166
6.4.	USUCAPIÃO.....	169
6.5.	PROPRIEDADE MÓVEL.....	173
6.6.	LEI DE REGISTROS PÚBLICOS.....	173
6.7.	DIREITO DE VIZINHANÇA	175
6.8.	CONDOMÍNIO	176
6.9.	DIREITOS REAIS NA COISA ALHEIA – FRUIÇÃO.....	177
6.10.	DIREITOS REAIS NA COISA ALHEIA – GARANTIA.....	179

7. FAMÍLIA.....	183
7.1. CASAMENTO.....	183
7.1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS, CAPACIDADE, IMPEDIMENTOS, CAUSAS SUSPENSIVAS, HABILITAÇÃO, CELEBRAÇÃO E PROVA DO CASAMENTO.....	183
7.1.2. INVALIDADE.....	187
7.1.3. EFEITOS E DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO.....	188
7.1.4. REGIME DE BENS.....	190
7.1.5. TEMAS COMBINADOS DE CASAMENTO.....	193
7.2. UNIÃO ESTÁVEL.....	193
7.3. PARENTESCO E FILIAÇÃO.....	195
7.4. PODER FAMILIAR, ADOÇÃO, TUTELA E GUARDA.....	197
7.5. ALIMENTOS.....	201
7.6. BEM DE FAMÍLIA.....	204
7.7. CURATELA.....	205
8. SUCESSÕES.....	206
8.1. SUCESSÃO EM GERAL.....	206
8.2. SUCESSÃO LEGÍTIMA.....	210
8.3. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.....	215
8.4. INVENTÁRIO E PARTILHA.....	217
9. REGISTROS PÚBLICOS.....	217
10. QUESTÕES COMBINADAS.....	218
2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	219
1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL.....	219
2. PARTES, PROCURADORES, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUIZ.....	224
3. PRAZOS PROCESSUAIS. ATOS PROCESSUAIS.....	236
4. LITISCONSÓRCIO, ASSISTÊNCIA E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	244
5. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	254
6. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	270
7. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO. NULIDADES.....	274
8. TUTELA ANTECIPADA E LIMINAR EM CAUTELAR.....	279
9. PROCESSO DE CONHECIMENTO. RITOS SUMÁRIO E ORDINÁRIO.....	284
9.1. PETIÇÃO INICIAL.....	284
9.2. DEFESA E REVELIA.....	291
9.3. PROVA E INSTRUÇÃO PROBATÓRIA.....	296
9.4. RITOS SUMÁRIO E ORDINÁRIO.....	308
10. SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COISA JULGADA.....	315
11. AÇÕES ANULATÓRIA E RESCISÓRIA.....	331
12. RECURSOS.....	334
12.1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	334
12.2. AGRAVO.....	340
12.3. APELAÇÃO.....	343
12.4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	346

12.5. RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO E OUTROS RECURSOS EXTREMOS	346
12.6. EMBARGOS INFRINGENTES	350
12.7. OUTROS RECURSOS E TEMAS COMBINADOS	350
13. EXECUÇÃO	362
13.1. EXECUÇÃO EM GERAL E ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....	362
13.2. PENHORA, AVALIAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE BENS.....	371
13.3. EMBARGOS DO DEVEDOR.....	374
13.4. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E IMPUGNAÇÃO.....	376
13.5. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	377
13.6. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	379
13.7. EXECUÇÃO FISCAL.....	379
14. CAUTELAR	380
15. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	390
15.1. POSSESSÓRIAS.....	390
15.2. MONITÓRIA.....	394
15.3. SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO, INVENTÁRIO E PARTILHA	395
15.4. ALIMENTOS E INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.....	396
15.5. EMBARGOS DE TERCEIRO.....	396
15.6. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	397
15.7. OUTRAS AÇÕES DE RITO ESPECIAL	397
16. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, FEDERAL E DA FAZENDA PÚBLICA.....	400
17. AÇÃO CIVIL PÚBLICA, AÇÃO POPULAR E AÇÃO DE IMPROBIDADE.....	402
18. MANDADO DE SEGURANÇA E <i>HABEAS DATA</i>	404
19. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	411
20. DEMAIS QUESTÕES DE LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	411
3. DIREITO EMPRESARIAL.....	417
1. TEORIA GERAL.....	417
1.1. EMPRESA, EMPRESÁRIO, CARACTERIZAÇÃO E CAPACIDADE.....	417
1.2. NOME EMPRESARIAL	423
1.3. INSCRIÇÃO, REGISTROS, ESCRITURAÇÃO E LIVROS	425
1.4. LOCAÇÃO.....	430
1.5. ESTABELECIMENTO.....	431
2. DIREITO SOCIETÁRIO	435
2.1. SOCIEDADE SIMPLES	435
2.2. SOCIEDADE EMPRESÁRIA	437
2.3. SOCIEDADES EM COMUM, EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO, EM NOME COLETIVO, EM COMANDITA	439
2.4. DISSOLUÇÃO DAS SOCIEDADES EM GERAL	440
2.5. SOCIEDADE LIMITADA	440
2.6. SOCIEDADE ANÔNIMA.....	446
2.6.1. CONSTITUIÇÃO, CAPITAL SOCIAL, AÇÕES, DEBÊNTURES E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	446

2.6.2.	ACIONISTAS, ACORDOS E CONTROLE	450
2.6.3.	ASSEMBLEIA GERAL, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA, ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL	451
2.6.4.	TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO	453
2.6.5.	SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.....	455
2.6.6.	LIGAÇÕES SOCIETÁRIAS. CONTROLE, COLIGAÇÃO, GRUPOS, CONSÓRCIOS, SUBSIDIÁRIAS	455
2.6.7.	QUESTÕES COMBINADAS SOBRE SOCIEDADE ANÔNIMA.....	455
2.7.	QUESTÕES COMBINADAS SOBRE SOCIEDADES E OUTROS TEMAS.....	456
3.	DIREITO CAMBIÁRIO	462
3.1.	TEORIA GERAL	462
3.2.	TÍTULOS EM ESPÉCIE.....	469
3.2.1.	LETRA DE CÂMBIO.....	469
3.2.2.	NOTA PROMISSÓRIA.....	470
3.2.3.	CHEQUE	471
3.2.4.	DUPLICATA	472
3.2.5.	OUTROS TÍTULOS E QUESTÕES COMBINADAS.....	474
4.	DIREITO CONCURSAL – FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO	478
4.1.	ASPECTOS GERAIS	478
4.2.	FALÊNCIA	480
4.3.	RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	491
4.4.	TEMAS COMBINADOS DE DIREITO CONCURSAL.....	495
5.	INTERVENÇÃO E LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	496
6.	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	497
7.	CONTRATOS EMPRESARIAIS	497
7.1.	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.....	497
7.2.	ARRENDAMENTO MERCANTIL / <i>LEASING</i>	498
7.3.	COMPRA E VENDA.....	499
7.4.	CONTRATOS BANCÁRIOS E CARTÃO DE CRÉDITO	500
7.5.	OUTROS CONTRATOS E QUESTÕES COMBINADAS.....	501
8.	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	503
9.	DIREITO DO CONSUMIDOR, CONCORRENCIAL, LEI ANTITRUSTE.....	507
10.	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	509
11.	SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	509
12.	TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS.....	510
4.	DIREITO AGRÁRIO.....	511
1.	CONTRATOS AGRÁRIOS	511
2.	USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL	511
3.	AQUISIÇÃO E USO DA PROPRIEDADE E DA POSSE RURAL	511
4.	DESAPROPRIAÇÃO PARA A REFORMA AGRÁRIA.....	512
5.	TERRAS DEVOLUTAS.....	514
6.	TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS	515
7.	OUTROS TEMAS E TEMAS COMBINADOS.....	515

5. DIREITO PENAL	517
1. CONCEITO, FONTES E PRINCÍPIOS	517
2. APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO.....	523
3. APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO	528
4. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES.....	530
5. FATO TÍPICO E TIPO PENAL.....	533
6. CRIMES DOLOSOS, CULPOSOS E PRETERDOLOSOS	535
7. ERRO DE TIPO, DE PROIBIÇÃO E DEMAIS ERROS	538
8. TENTATIVA, CONSUMAÇÃO, DESISTÊNCIA, ARREPENDIMENTO E CRIME IMPOSSÍVEL.....	543
9. ANTIJURIDICIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES	549
10. AUTORIA E CONCURSO DE PESSOAS	553
11. CULPABILIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES	560
12. PENAS E EFEITOS DAS PENAS.....	563
13. APLICAÇÃO DA PENA	571
14. <i>SURDIS</i> , LIVRAMENTO CONDICIONAL, REABILITAÇÃO E MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	579
15. AÇÃO PENAL	584
16. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM GERAL	585
17. PRESCRIÇÃO	589
18. CRIMES CONTRA A PESSOA	593
19. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	605
20. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....	615
21. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	620
22. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	625
23. OUTROS CRIMES DO CÓDIGO PENAL	636
24. TEMAS COMBINADOS DE DIREITO PENAL.....	639
6. DIREITO PROCESSUAL PENAL	641
1. FONTES, PRINCÍPIOS GERAIS, EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	641
2. INQUÉRITO POLICIAL	646
3. AÇÃO PENAL	656
4. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO	665
5. AÇÃO CIVIL.....	665
6. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. CONEXÃO E CONTINÊNCIA	666
7. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	674
8. PRERROGATIVAS DO ACUSADO	677
9. PROVAS.....	678
10. SUJEITOS PROCESSUAIS	687
11. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E PRAZOS	688
12. PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA	691
13. PROCESSO E PROCEDIMENTOS.....	704
14. PROCESSO DE COMPETÊNCIA DO JÚRI	710

15. JUIZADOS ESPECIAIS	715
16. SENTENÇA, PRECLUSÃO E COISA JULGADA	719
17. NULIDADES	722
18. RECURSOS	725
19. <i>HABEAS CORPUS</i> , MANDADO DE SEGURANÇA E REVISÃO CRIMINAL.....	730
20. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	734
21. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS.....	740
7. LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE	741
1. CRIMES DA LEI ANTIDROGAS	741
2. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE.....	746
3. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	747
4. CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA	748
5. CRIMES DE TRÂNSITO.....	748
6. ESTATUTO DO DESARMAMENTO	752
7. CRIMES RELATIVOS A LICITAÇÃO.....	754
8. CRIME DE TORTURA.....	755
9. CRIMES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	755
10. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE	756
11. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	757
12. ESTATUTO DO IDOSO	758
13. CRIMES HEDIONDOS	759
14. TEMAS COMBINADOS DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	759
8. EXECUÇÃO PENAL	761
1. TRABALHO DO PRESO	761
2. DEVERES, DIREITOS E DISCIPLINA DO CONDENADO	761
3. ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL	762
4. EXECUÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	763
4.1. REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA	763
4.2. SAÍDA TEMPORÁRIA	766
4.3. REMIÇÃO	766
4.4. MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	768
5. EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	768
6. PROCEDIMENTO JUDICIAL	769
7. TEMAS COMBINADOS.....	769
9. MEDICINA LEGAL	771
1. TANATOLOGIA.....	771
2. SEXOLOGIA	771
3. TRAUMATOLOGIA	771
4. PERÍCIAS MÉDICO-LEGAIS E PROCEDIMENTO NO INQUÉRITO POLICIAL	772
5. BALÍSTICA	773

10. DIREITO CONSTITUCIONAL	775
1. PODER CONSTITUINTE	775
2. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	784
3. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	800
4. DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	810
4.1. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EM GERAL.....	810
4.2. CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE	833
4.3. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	834
4.4. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO	841
4.5. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.....	842
4.6. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL	843
5. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	845
5.1. DIREITOS E DEVERES EM ESPÉCIE.....	845
5.2. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	865
5.3. TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	880
6. DIREITOS SOCIAIS.....	883
7. NACIONALIDADE.....	887
8. DIREITOS POLÍTICOS.....	890
9. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	898
9.1. DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E TERRITÓRIOS.....	898
9.2. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	924
10. ORGANIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO	936
11. ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO. PROCESSO LEGISLATIVO	945
11.1. ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS DO SENADO, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO CONGRESSO NACIONAL.....	945
11.2. PRERROGATIVAS E IMUNIDADES PARLAMENTARES.....	952
11.3. COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO – CPI	953
11.4. PROCESSO LEGISLATIVO	955
11.5. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. TRIBUNAIS DE CONTAS	973
12. DA ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.....	977
13. DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	1008
14. DEFESA DO ESTADO	1018
15. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.....	1021
16. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	1027
17. ORDEM SOCIAL	1034
18. TEMAS COMBINADOS.....	1044
11. DIREITO ADMINISTRATIVO.....	1045
1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	1045
1.1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	1045
1.2. PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS EXPRESSOS NA CONSTITUIÇÃO	1046

1.3.	PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS EXPRESSOS EM OUTRAS LEIS OU IMPLÍCITOS E PRINCÍPIOS COMBINADOS.....	1049
2.	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1055
2.1.	PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO.....	1055
2.2.	PODER HIERÁRQUICO.....	1056
2.3.	PODER DISCIPLINAR.....	1056
2.4.	PODER REGULAMENTAR.....	1057
2.5.	PODER DE POLÍCIA.....	1058
2.6.	PODERES ADMINISTRATIVOS COMBINADOS.....	1063
3.	ATOS ADMINISTRATIVOS.....	1065
3.1.	CONCEITO, PERFEIÇÃO, VALIDADE E EFICÁCIA.....	1065
3.2.	REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO (ELEMENTOS, PRESSUPOSTOS) ..	1067
3.3.	ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO.....	1073
3.4.	VINCULAÇÃO E DISCRICIONARIEDADE.....	1075
3.5.	EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	1077
3.6.	CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO.....	1084
3.7.	CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E ATOS EM ESPÉCIE.....	1085
3.8.	TEMAS COMBINADOS DE ATO ADMINISTRATIVO.....	1089
4.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	1091
4.1.	TEMAS GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ÓRGÃOS E ENTIDADES, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO, CONTROLE E HIERARQUIA, TEORIA DO ÓRGÃO).....	1091
4.2.	AUTARQUIAS.....	1100
4.3.	AGÊNCIAS REGULADORAS.....	1102
4.4.	CONSÓRCIOS PÚBLICOS.....	1103
4.5.	EMPRESAS ESTATAIS.....	1105
4.6.	ENTES DE COOPERAÇÃO.....	1108
4.7.	TEMAS COMBINADOS.....	1112
5.	SERVIDORES PÚBLICOS.....	1113
5.1.	CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....	1113
5.2.	VÍNCULOS (CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO).....	1114
5.3.	PROVIMENTO.....	1116
5.4.	VACÂNCIA.....	1119
5.5.	REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO.....	1121
5.6.	ACESSIBILIDADE E CONCURSO PÚBLICO.....	1121
5.7.	EFETIVIDADE, ESTABILIDADE E VITALICIEDADE.....	1123
5.8.	ACUMULAÇÃO REMUNERADA E AFASTAMENTO.....	1124
5.9.	REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIO.....	1126
5.10.	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR: APOSENTADORIA, PENSÃO E OUTROS BENEFÍCIOS.....	1128
5.11.	LICENÇAS.....	1130
5.12.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO SERVIDOR PÚBLICO.....	1131
5.13.	DIREITOS, VANTAGENS, DEVERES E PROIBIÇÕES DO SERVIDOR PÚBLICO.....	1132
5.14.	INFRAÇÕES E PROCESSOS DISCIPLINARES. COMUNICABILIDADE DE INSTÂNCIAS.....	1134

5.15. TEMAS COMBINADOS DE SERVIDOR PÚBLICO	1141
6. BENS PÚBLICOS.....	1143
6.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	1143
6.2. REGIME JURÍDICO (CARACTERÍSTICAS)	1146
6.3. ALIENAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS	1148
6.4. USO DOS BENS PÚBLICOS	1148
6.5. BENS PÚBLICOS EM ESPÉCIE.....	1150
6.6. TEMAS COMBINADOS DE BENS PÚBLICOS.....	1151
7. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	1151
7.1. DESAPROPRIAÇÃO.....	1151
7.2. REQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1159
7.3. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	1159
7.4. TOMBAMENTO.....	1159
7.5. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA	1159
7.6. TEMAS COMBINADOS DE INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE	1160
8. RESPONSABILIDADE DO ESTADO	1162
8.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E TEORIAS	1162
8.2. MODALIDADES DE RESPONSABILIDADE (OBJETIVA E SUBJETIVA). REQUISITOS DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA.....	1162
8.3. RESPONSABILIDADE DO AGENTE PÚBLICO, AÇÃO DE REGRESSO E DENUNCIACÃO DA LIDE.....	1171
8.4. RESPONSABILIDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO.....	1172
9. LICITAÇÃO.....	1174
9.1. CONCEITO, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS.....	1174
9.2. CONTRATAÇÃO DIRETA (LICITAÇÃO DISPENSADA, DISPENSA DE LICITAÇÃO E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO).....	1175
9.3. MODALIDADES DE LICITAÇÃO E REGISTRO DE PREÇOS	1179
9.4. FASES DA LICITAÇÃO.....	1184
9.5. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO.....	1186
9.6. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO SIMPLIFICADO DA PETROBRAS	1186
9.7. MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	1186
9.8. REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – RDC.....	1187
9.9. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS	1187
10. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	1190
10.1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS, FORMALIZAÇÃO E CLÁUSULAS CONTRATUAIS NECESSÁRIAS.....	1190
10.2. ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS.....	1193
10.3. EXECUÇÃO DO CONTRATO	1195
10.4. EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	1195
10.5. FIGURAS ASSEMELHADAS (CONTRATO DE GESTÃO, TERMO DE PARCERIA, CONVÊNIO, CONTRATO DE PROGRAMA ETC.).....	1197
10.6. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	1197
11. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	1198
11.1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS.....	1198

11.2. AUTORIZAÇÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	1200
11.3. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	1202
11.4. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)	1207
12. PROCESSO ADMINISTRATIVO	1209
13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1215
13.1. CONTROLE DO LEGISLATIVO E DO TRIBUNAL DE CONTAS	1215
13.2. CONTROLE PELO JUDICIÁRIO	1216
13.3. TEMAS COMBINADOS DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	1217
12. DIREITO TRIBUTÁRIO	1219
1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	1219
2. PRINCÍPIOS	1224
3. IMUNIDADES	1236
4. DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	1242
5. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – FONTES	1252
6. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO	1254
7. FATO GERADOR E OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	1258
8. LANÇAMENTO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1259
9. SUJEIÇÃO PASSIVA, CAPACIDADE E DOMICÍLIO	1264
10. SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO	1274
10.1. SUSPENSÃO	1274
10.2. EXTINÇÃO	1277
10.3. EXCLUSÃO	1285
11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES EM ESPÉCIE	1287
11.1. IPI	1287
11.2. IR	1288
11.3. ICMS	1288
11.4. ITCMD	1292
11.5. ISS	1295
11.6. IPTU	1296
11.7. IPVA	1297
11.8. ITBI	1299
11.9. ITR	1299
12. TEMAS COMBINADOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	1300
13. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO	1305
14. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, FISCALIZAÇÃO	1306
15. DÍVIDA ATIVA, INSCRIÇÃO, CERTIDÕES	1308
16. REPARTIÇÃO DE RECEITAS	1310
17. AÇÕES TRIBUTÁRIAS	1312
18. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	1318
19. MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP	1319
20. CRIMES TRIBUTÁRIOS	1319
21. TEMAS COMBINADOS E OUTRAS MATÉRIAS	1319

13. DIREITO FINANCEIRO	1321
1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS.....	1321
2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E PLANO PLURIANUAL – PPA	1323
3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA.....	1326
4. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF.....	1328
5. RECEITAS	1333
6. DESPESAS	1334
7. DESPESAS COM PESSOAL	1338
8. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CRÉDITOS ADICIONAIS.....	1338
9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DÍVIDA PÚBLICA	1341
10. PRECATÓRIOS.....	1342
11. CONTROLE, FISCALIZAÇÃO, TRIBUNAIS DE CONTAS.....	1342
12. OUTROS TEMAS E COMBINADOS.....	1343
14. DIREITO ECONÔMICO	1345
1. ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO. MODELOS ECONÔMICOS	1345
2. INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1347
3. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	1350
4. SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA – SBDC. LEI ANTITRUSTE	1350
5. DIREITO ECONÔMICO INTERNACIONAL	1355
6. AGÊNCIAS REGULADORAS.....	1357
7. QUESTÕES COMBINADAS E OUTROS TEMAS.....	1357
15. DIREITO PREVIDENCIÁRIO	1359
1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS.....	1359
2. CUSTEIO.....	1363
3. SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA E DEPENDENTES	1367
4. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	1372
5. PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	1380
6. PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR	1384
7. ACIDENTES, DOENÇAS DO TRABALHO	1385
8. AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1387
9. TEMAS COMBINADOS.....	1388
16. DIREITO ELEITORAL.....	1389
1. DIREITOS POLÍTICOS, ELEGIBILIDADE E ALISTAMENTO ELEITORAL.....	1389
2. INELEGIBILIDADE	1393
3. PARTIDOS POLÍTICOS, CANDIDATOS.....	1398
4. ELEIÇÕES, VOTOS, APURAÇÃO, QUOCIENTES ELEITORAL E PARTIDÁRIO	1404
5. PROPAGANDA ELEITORAL E RESTRIÇÕES NO PERÍODO ELEITORAL	1409
6. PRESTAÇÃO DE CONTAS, DESPESAS, ARRECADAÇÃO, FINANCIAMENTO DE CAMPANHA	1415
7. COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL	1418
8. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	1424
9. AÇÕES, RECURSOS, IMPUGNAÇÕES.....	1424

10. DAS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS	1431
11. CRIMES ELEITORAIS.....	1431
17. DIREITO URBANÍSTICO	1437
1. NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	1437
2. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO.....	1438
3. ESTATUTO DAS CIDADES E INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA.....	1440
4. TEMAS COMBINADOS.....	1445
18. RECURSOS HÍDRICOS	1447
1. POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS.....	1447
1.1. FUNDAMENTOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES (ARTS. 1º A 4º)	1447
1.2. INSTRUMENTOS (ARTS. 5º A 27)	1448
2. SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS	1450
3. TEMAS COMBINADOS.....	1450
19. PROCESSO COLETIVO	1451
1. INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E PRINCÍPIOS	1451
2. COMPETÊNCIA, CONEXÃO, CONTINÊNCIA E LITISPENDÊNCIA.....	1457
3. LEGITIMAÇÃO, LEGITIMADOS, MINISTÉRIO PÚBLICO E LITISCONSÓRCIO	1461
4. OBJETO	1471
5. COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO	1472
6. INQUÉRITO CIVIL E RECOMENDAÇÃO	1475
7. AÇÃO, PROCEDIMENTO, TUTELA ANTECIPADA, MULTA, SENTENÇA, COISA JULGADA, RECURSOS, CUSTAS E QUESTÕES MISTAS	1482
8. EXECUÇÃO	1488
9. AÇÃO POPULAR E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1490
10. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	1495
11. OUTROS TEMAS E TEMAS COMBINADOS.....	1497
20. DIREITO DO CONSUMIDOR.....	1499
1. CONCEITO DE CONSUMIDOR E RELAÇÃO DE CONSUMO	1499
2. PRINCÍPIOS E DIREITOS BÁSICOS	1506
3. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO E PRESCRIÇÃO	1510
4. RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO E DECADÊNCIA	1515
5. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIDADE EM CASO DE GRUPO DE EMPRESAS	1518
6. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	1522
7. PRÁTICAS COMERCIAIS	1522
8. PROTEÇÃO CONTRATUAL	1533
9. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA	1540
10. RESPONSABILIDADE CRIMINAL	1540

11. DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	1543
12. SNDC E CONVENÇÃO COLETIVA	1551
21. DIREITO AMBIENTAL	1553
1. HISTÓRICO E CONCEITOS BÁSICOS.....	1553
2. PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	1555
3. DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL	1559
4. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL.....	1564
5. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	1570
6. LEI DE POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	1572
7. INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	1580
7.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL E EIA/RIMA.....	1580
7.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	1589
7.3. ZONEAMENTO AMBIENTAL.....	1595
8. PROTEÇÃO DA FLORA. CÓDIGO FLORESTAL	1598
9. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL E PROTEÇÃO JUDICIAL DO MEIO AMBIENTE	1605
10. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL	1615
11. RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL.....	1617
12. BIOSSEGURANÇA E PROTEÇÃO DA SAÚDE HUMANA.....	1622
13. BIODIVERSIDADE.....	1623
14. RECURSOS MINERAIS	1623
15. RESÍDUOS SÓLIDOS.....	1624
16. DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL.....	1624
22. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1625
1. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1625
1.1. CONCEITO, MODALIDADES, TIPIFICAÇÃO E SUJEITOS ATIVO E PASSIVO	1625
1.2. SANÇÕES E PROVIDÊNCIAS CAUTELARES	1637
1.3. DECLARAÇÃO DE BENS.....	1644
1.4. REPRESENTAÇÃO ADMINISTRATIVA	1645
1.5. QUESTÕES PROCESSUAIS	1645
1.6. PRESCRIÇÃO	1648
1.7. TEMAS COMBINADOS E OUTRAS QUESTÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1649
23. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	1651
1. CONCEITOS BÁSICOS E PRINCÍPIOS.....	1651
2. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	1653
2.1. DIREITO À VIDA E À SAÚDE.....	1653
2.2. DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE.....	1655
2.3. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	1656
2.4. DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER	1669
2.5. DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO	1671

3. PREVENÇÃO	1672
4. POLÍTICA E ENTIDADES DE ATENDIMENTO	1673
5. MEDIDAS DE PROTEÇÃO	1675
6. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E ATO INFRACIONAL – DIREITO MATERIAL	1681
7. ATO INFRACIONAL – DIREITO PROCESSUAL	1691
8. CONSELHO TUTELAR	1697
9. CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1702
10. MINISTÉRIO PÚBLICO	1703
11. ACESSO À JUSTIÇA	1706
12. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	1713
13. CRIMES	1714
14. DECLARAÇÕES E CONVENÇÕES	1715
15. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS	1717
24. DIREITO DO IDOSO	1719
1. DIREITOS FUNDAMENTAIS	1719
2. MEDIDAS DE PROTEÇÃO	1723
3. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO	1723
4. ACESSO À JUSTIÇA	1724
5. CRIMES	1726
6. POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO/CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO	1727
7. TEMAS VARIADOS	1729
25. DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1731
1. TUTELA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO DIREITO INTERNACIONAL	1731
2. ACESSIBILIDADE (LEI Nº 10.098/2000 E DECRETO 5.296/2004)	1731
3. SAÚDE MENTAL	1732
4. PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1733
5. ACESSO À JUSTIÇA	1733
6. TUTELA PENAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1734
7. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	1734
26. DIREITO EDUCACIONAL	1735
1. NORMAS CONSTITUCIONAIS	1735
2. FUNDEB	1735
27. DIREITO DO TRABALHO	1737
1. INTRODUÇÃO, FONTES E PRINCÍPIOS	1737
2. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO E ESPÉCIES DE EMPREGADOS E TRABALHADORES	1739
3. CONTRATO DE TRABALHO COM PRAZO DETERMINADO	1743
4. TRABALHO DA MULHER E DO MENOR	1743

5. ALTERAÇÃO, INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1746
6. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO	1751
7. JORNADA DE TRABALHO	1754
8. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1757
9. ESTABILIDADE	1762
10. FGTS	1762
11. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	1763
12. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1765
12.1. SINDICATOS	1765
12.2. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO	1766
12.3. GREVE	1767
13. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	1768
14. PRESCRIÇÃO	1768
28. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	1769
1. JUSTIÇA DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	1769
2. TEORIA GERAL E PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO	1770
3. COMPETÊNCIA	1770
4. CUSTAS, EMOLUMENTOS E HONORÁRIOS.....	1772
5. PARTES, ADVOGADOS, REPRESENTAÇÃO.....	1773
6. NULIDADES	1775
7. PROVAS.....	1776
8. PROCEDIMENTO (INCLUSIVE, ATOS PROCESSUAIS).....	1777
9. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	1780
10. EXECUÇÃO	1781
11. EMBARGOS DE TERCEIRO.....	1784
12. COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA.....	1784
13. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	1785
14. MANDADO DE SEGURANÇA.....	1786
15. DEMANDAS COLETIVAS (DISSÍDIO COLETIVO, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, AÇÃO DE CUMPRIMENTO)	1786
16. RECURSOS.....	1787
17. QUESTÕES COMBINADAS.....	1791
29. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	1793
1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	1793
1.1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO – FONTES.....	1793
1.2. TRATADO – TEORIA GERAL.....	1794
1.2.1. EXPRESSÃO DO CONSENTIMENTO	1795
1.2.1.1. RESERVA.....	1796
1.2.2. TRATADOS ESPECÍFICOS.....	1796
1.2.2.1. PROTOCOLO DE KYOTO.....	1796
1.3. ESTADO – SOBERANIA E TERRITÓRIO	1796
1.3.1. DOMÍNIO MARÍTIMO – CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DIREITO DO MAR.....	1797

1.3.2.	IMUNIDADES – DIPLOMÁTICA, CONSULAR, DE JURISDIÇÃO E DE EXECUÇÃO	1798
1.3.3.	RECONHECIMENTO DE ESTADO	1800
1.4.	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS – TEORIA GERAL	1801
1.4.1.	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	1802
1.4.2.	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT	1804
1.4.3.	COMBINADAS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	1805
1.4.4.	ONGS.....	1805
1.5.	SER HUMANO.....	1805
1.5.1.	NACIONALIDADE	1805
1.5.2.	PROTEÇÃO DIPLOMÁTICA OU ENDOSSO	1807
1.6.	RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL	1807
1.7.	SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS	1808
1.8.	DIREITO COMUNITÁRIO E DA INTEGRAÇÃO	1809
1.9.	DIREITO ECONÔMICO E DO COMÉRCIO INTERNACIONAL – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)	1810
1.10.	DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL	1812
1.11.	TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	1812
1.12.	COMBINADAS E OUTROS TEMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	1814
2.	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	1817
2.1.	REGRAS DE CONEXÃO DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	1817
2.1.1.	ART. 7º DA LINDB.....	1817
2.1.2.	ART. 9º DA LINDB.....	1818
2.1.3.	ART. 10 DA LINDB	1818
2.1.4.	ART. 11 DA LINDB	1818
2.1.5.	COMBINADAS E OUTRAS	1819
2.2.	APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO – REENVIO OU DEVOLUÇÃO, PROVA DO DIREITO ESTRANGEIRO E PROVA DOS FATOS OCORRIDOS NO ESTRANGEIRO	1819
2.2.1.	REENVIO.....	1819
2.3.	COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL – CARTAS ROGATÓRIAS	1820
2.4.	HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA E LAUDO ARBITRAL ESTRANGEIROS	1821
2.4.1.	ORDEM PÚBLICA	1822
2.5.	CONTRATOS INTERNACIONAIS	1822
2.5.1.	INCOTERMS.....	1822
2.6.	ARBITRAGEM.....	1823
2.7.	CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE SOBRE PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS NO ESTRANGEIRO	1824
2.8.	COMBINADAS E OUTROS TEMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	1825
30.	DIREITOS HUMANOS	1827
1.	TEORIA GERAL E DOCUMENTOS HISTÓRICOS	1827
2.	CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS.....	1832

3.	SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1832
3.1.	DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	1832
3.2.	PACTOS INTERNACIONAIS – SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS	1835
4.	SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO ESPECÍFICA DOS DIREITOS HUMANOS.....	1836
4.1.	CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES.....	1836
4.2.	CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL	1838
4.3.	CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA	1838
4.4.	CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER	1839
4.5.	CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DE SUAS FAMÍLIAS	1839
4.6.	REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE PRESOS.....	1840
4.7.	COMBINADAS DO SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO ESPECÍFICA DOS DIREITOS HUMANOS	1840
4.8.	TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....	1841
5.	SISTEMA REGIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1842
5.1.	SISTEMA INTERAMERICANO.....	1842
5.1.1.	CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS OU PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA.....	1842
5.1.2.	COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	1845
5.1.3.	CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	1852
5.1.4.	COMBINADAS DO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1860
5.2.	SISTEMA EUROPEU.....	1864
6.	SISTEMA AMERICANO DE PROTEÇÃO ESPECÍFICA DOS DIREITOS HUMANOS....	1865
7.	DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.....	1865
7.1.	CONSTITUIÇÃO CIDADÃ DE 1988.....	1865
7.2.	DIREITOS FUNDAMENTAIS – ARTIGO 5º DA CF	1870
7.3.	INCORPORAÇÃO DE TRATADOS NO DIREITO BRASILEIRO	1873
7.4.	CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	1876
7.5.	LEGISLAÇÃO NACIONAL PROTETIVA	1878
7.5.1.	ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL.....	1878
7.5.2.	SEGURIDADE SOCIAL	1878
7.5.3.	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	1880
7.6.	PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	1880
7.7.	ÓRGÃOS NACIONAIS DE PROTEÇÃO – CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA.....	1881
8.	DIREITO DOS REFUGIADOS.....	1882
9.	DIREITO HUMANITÁRIO	1883
10.	COMBINADAS E OUTROS TEMAS DE DIREITOS HUMANOS.....	1885

COMO USAR O LIVRO

Para que você consiga um ótimo aproveitamento deste livro, atente para as seguintes orientações:

1º Tenha em mãos um *vademecum* ou um computador no qual você possa acessar os textos de lei citados.

2º Se você estiver estudando a teoria (fazendo um curso preparatório ou lendo resumos, livros ou apostilas), faça as questões correspondentes deste livro na medida em que for avançando no estudo da parte teórica.

3º Se você já avançou bem no estudo da teoria, leia cada capítulo deste livro até o final, e só passe para o novo capítulo quando acabar o anterior; vai mais uma dica: alterne capítulos de acordo com suas preferências; leia um capítulo de uma disciplina que você gosta e, depois, de uma que você não gosta ou não sabe muito, e assim sucessivamente.

4º Iniciada a resolução das questões, tome o cuidado de ler cada uma delas **sem olhar para o gabarito e para os comentários**; se a curiosidade for muito grande e você não conseguir controlar os olhos, tampe os comentários e os gabaritos com uma régua ou um papel; na primeira tentativa, é fundamental que resolva a questão sozinho; só assim você vai identificar suas deficiências e “pegar o jeito” de resolver as questões; marque com um lápis a resposta que entender correta, e só depois olhe o gabarito e os comentários.

5º **Leia com muita atenção o enunciado das questões.** Ele deve ser lido, no mínimo, duas vezes. Da segunda leitura em diante, começam a aparecer os detalhes, os pontos que não percebemos na primeira leitura.

6º **Grife as palavras-chave, as afirmações e a pergunta formulada.** Ao grifar as palavras importantes e as afirmações você fixará mais os pontos-chave e não se perderá no enunciado como um todo. Tenha atenção especial com as palavras “correto”, “incorreto”, “certo”, “errado”, “prescindível” e “imprescindível”.

7º Leia os comentários e também **leia também cada dispositivo legal** neles mencionados; não tenha preguiça; abra o *vademecum* e leia os textos de leis citados, tanto os que explicam as alternativas corretas, como os que explicam o porquê de ser incorreta dada alternativa; você tem que conhecer bem a letra da lei, já que mais de 90% das respostas estão nela; mesmo que você já tenha entendido determinada questão, reforce sua memória e leia o texto legal indicado nos comentários.

8º Leia também os **textos legais que estão em volta do dispositivo**; por exemplo, se aparecer, em Direito Penal, uma questão cujo comentário remete ao dispositivo que trata da falsidade ideológica, aproveite para ler também os dispositivos que

tratam dos outros crimes de falsidade; outro exemplo: se aparecer uma questão, em Direito Constitucional, que trate da composição do Conselho Nacional de Justiça, leia também as outras regras que regulamentam esse conselho.

9º Depois de resolver sozinho a questão e de ler cada comentário, você deve fazer uma **anotação ao lado da questão**, deixando claro o motivo de eventual erro que você tenha cometido; conheça os motivos mais comuns de erros na resolução das questões:

DL – “desconhecimento da lei”; quando a questão puder ser resolvida apenas com o conhecimento do texto de lei;

DD – “desconhecimento da doutrina”; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da doutrina;

DJ – “desconhecimento da jurisprudência”; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da jurisprudência;

FA – “falta de atenção”; quando você tiver errado a questão por não ter lido com cuidado o enunciado e as alternativas;

NUT – “não uso das técnicas”; quando você tiver se esquecido de usar as técnicas de resolução de questões objetivas, tais como as da **repetição de elementos** (“quanto mais elementos repetidos existirem, maior a chance de a alternativa ser correta”), das **afirmações generalizantes** (“afirmações generalizantes tendem a ser incorretas” – reconhece-se afirmações generalizantes pelas palavras *sempre, nunca, qualquer, absolutamente, apenas, só, somente exclusivamente* etc.), dos **conceitos compridos** (“os conceitos de maior extensão tendem a ser corretos”), entre outras.

Obs: se você tiver interesse em fazer um Curso de “Técnicas de Resolução de Questões Objetivas”, entre em contato comigo pelo endereço eletrônico <wander.garcia@uol.com.br>. Tenho uma excelente recomendação para fazer.

10ª Confie no **bom-senso**. Normalmente, a resposta correta é a que tem mais a ver com o bom-senso e com a ética. Não ache que todas as perguntas contêm uma pegadinha. Se aparecer um instituto que você não conhece, repare bem no seu nome e tente imaginar o seu significado.

11ª Faça um levantamento do **percentual de acertos de cada disciplina** e dos **principais motivos que levaram aos erros cometidos**; de posse da primeira informação, verifique quais disciplinas merecem um reforço no estudo; e de posse da segunda informação, fique atento aos erros que você mais comete, para que eles não se repitam.

12ª Uma semana antes da prova, faça uma **leitura dinâmica** de todas as anotações que você fez e leia de novo os dispositivos legais (e seu entorno) das questões em que você marcar “DL”, ou seja, desconhecimento da lei.

13ª Para que você consiga ler o livro inteiro, faça um bom **planejamento**. Por exemplo, se você tiver 30 dias para ler a obra, divida o número de páginas do livro pelo número de dias que você tem, e cumpra, diariamente, o número de páginas necessárias para chegar até o fim. Se tiver sono ou preguiça, levante um pouco, beba água, masque chiclete ou leia em voz alta por algum tempo.

14ª Desejo a você, também, muita **energia, disposição, foco, organização, disciplina, perseverança, amor e ética!**

Wander Garcia
Coordenador

1. DIREITO CIVIL

Ana Paula Garcia, André de Carvalho Barros, Gabriela Rodrigues,
Gustavo Nicolau, Vanessa Trigueiros e Wander Garcia*

1. LINDB

1.1. EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO

(Magistratura/PB – 2011 – CESPE) À luz das disposições legais e da jurisprudência acerca da vigência e da eficácia da lei, assinale a opção correta.

- (A) A norma declarada inconstitucional é nula *ab origine* e, em regra, não se revela apta à produção de efeito algum, sequer o de revogar a norma anterior, que volta a vigor plenamente nesse caso.
- (B) As regras de direito intertemporal, segundo as quais as obrigações devem ser regidas pela lei vigente ao tempo em que se constituíram, não são aplicáveis quando a obrigação tiver base extracontratual.
- (C) O fato de, antes da entrada em vigor de determinada lei, haver nova publicação de seu texto para simples correção não é capaz, por si só, de alterar o prazo inicial de vigência dessa lei.
- (D) Como, em regra, a lei vigora até que outra a modifique ou revogue, lei nova que estabeleça disposições especiais a par das já existentes revoga ou modifica a lei anterior.
- (E) A repristinação ocorre com a revogação da lei revogadora e, salvo disposição em contrário, é amplamente admitida no sistema normativo pátrio.

A: correta, pois, como regra, o efeito da decisão que declara inconstitucional dada norma, exarada em ação que visa o controle concentrado de constitucionalidade, é *ex tunc*, ou seja, retroage, conforme interpretação a *contrario sensu* do disposto no art. 27 da Lei 9.868/99; B: incorreta, pois tanto as obrigações contratuais, como as extracontratuais são regidas pela lei vigente ao tempo em que se constituíram; porém, é bom lembrar que essa regra vale para re-

ger a validade das obrigações; já, quanto aos efeitos das obrigações (ex: juros, correção monetária), são regidos pela lei que estiver em vigor quando os efeitos acontecerem, salvo se houver sido prevista pelas partes determinada forma de execução (art. 2.035 do CC); C: incorreta, pois se antes de a lei entrar em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação (art. 1º, § 3º, da LINDB); D: incorreta (art. 2º, § 2º, da LINDB); E: incorreta (art. 2º, § 3º, da LINDB).

Cabrito An

(Magistratura/PE – 2013 – FCC) No caso de publicação para corrigir texto de lei publicado com incorreção,

- (A) não haverá novo prazo de *vacatio legis* depois da nova publicação, se ocorrer antes de a lei ter entrado em vigor.
- (B) tratando-se de lei já em vigor, as correções consideram-se lei nova.
- (C) não se considerarão lei nova as correções, tenha ou não já entrado em vigor o texto incorreto.
- (D) deverá, necessariamente, ser estabelecido um prazo para sua nova entrada em vigor, além de disciplinar as relações jurídicas estabelecidas antes da nova publicação.
- (E) deve o conflito entre os textos ser resolvido pelo juiz por equidade, porque a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro não regula os efeitos da nova publicação de texto de lei.

A: incorreta, pois após a nova publicação começa novo prazo de *vacatio legis* (art. 1º, § 3º, da LINDB); B: correta, pois de pleno acordo com o art. 1º, § 4º, da LINDB; C: incorreta, pois “as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova” (art. 1º § 4º, da LINDB); D: incorreta, pois assim como qualquer lei nova, não existe a obrigatoriedade da *vacatio legis*, a qual só existirá se expressamente previsto em lei; E: incorreta, pois a equidade não está prevista na LINDB como sistema

* Ana Paula Garcia comentou as questões dos concursos de Analista e em coautoria com Wander Garcia comentou as questões dos concursos de Magistratura Estadual, Ministério Público Estadual e de concursos trabalhistas, André Borges de Carvalho Barros comentou as questões dos concursos de Defensoria, Gabriela Rodrigues comentou as questões dos concursos de Cartório, Gustavo Nicolau comentou as questões dos concursos de Magistratura Federal e MPF e dos seguintes concursos estaduais: MAG/BA/12, MAG/CE/12, MAG/DF/11, MAG/ES/11, MAG/MG/12, MAG/PA/12, MAG/PI/11, MAG/RJ/11, MAG/PE/13, MP/MS/13, MP/CE/11, MP/GO/12, MP/MG/11, MP/MG/12, MP/MT/12, MP/PI/12, MP/RJ/11, MP/RR/12, MP/SC/12, MP/SP/12, MP/TO/12, Procurador/DF/13 e Delegado de Polícia/GO/13, Vanessa Tonolli Trigueiros e Wander Garcia comentaram as questões dos concursos de Procuradorias, Wander Garcia também comentou as questões dos seguintes concursos: MAG/SP/13, MP/SP/13 e Procurador do Trabalho/13.

integrador, restringindo o uso em casos de omissões legislativas da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito (art. 4º da LINDB).

„Gabartio „B”

(Magistratura/SP – 2011 – VUNESP) Assinale a alternativa correta.

- (A) Se durante a *vacatio legis* ocorrer nova publicação de texto de lei, destinada a correção, o prazo da obrigatoriedade, com relação à parte corrigida, começará a correr da nova publicação.
- (B) Os direitos adquiridos na vigência de lei publicada com incorreções são atingidos pela publicação do texto corrigido.
- (C) As correções a texto de lei em vigor consideram-se lei nova, tornando-se obrigatórias de imediato.
- (D) A lei nova que estabelece disposições gerais a par das já existentes revoga a lei anterior.
- (E) A lei nova que estabelece disposições especiais a par das já existentes revoga a lei anterior.

A: correta, conforme o texto do art. 1º, § 3º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB (Dec. Lei 4.657/42); **B:** incorreta, pois “as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova” (art. 1º, § 4º, da LINDB), e, como é de conhecimento de todos, lei nova não pode retroagir para prejudicar direitos adquiridos (art. 5º, XXXVI, da CF; art. 6º, *caput*, da LINDB); **C:** incorreta; apesar tais correções serem consideradas lei nova, nem sempre suas disposições se tornam obrigatórias de imediato, pois pode haver *vacatio legis*; **D:** incorreta, pois, nesse caso, a lei nova NÃO revoga a lei anterior, conforme dispõe o art. 2º, § 2º, da LINDB; esse dispositivo significa que lei geral nova não revoga lei especial velha; **E:** incorreta, pois o dispositivo legal é no sentido de que “a lei nova que estabelece disposições GERAIS ou especiais a par das já existentes, NÃO revoga nem modifica a lei anterior” (art. 2º, § 2º, da LINDB).

„Gabartio „A”

(Magistratura/PE – 2011 – FCC) No Direito brasileiro vigora a seguinte regra sobre a repristinação da lei:

- (A) não se destinando a vigência temporária, a lei vigorará até que outra a modifique ou revogue.
- (B) se, antes de entrar em vigor, ocorrer nova publicação da lei, destinada a correção, o prazo para entrar em vigor começará a correr da nova publicação.
- (C) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- (D) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (E) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

A: incorreta, pois a afirmativa, prevista no art. 2º, *caput*, da LINDB, não diz respeito à repristinação, mas ao princípio da continuidade das leis; **B e C:** incorretas, pois as afirmativas, previstas no art. 1º, §§ 3º e 4º, da LINDB, não dizem respeito à repristinação, mas aos efeitos de nova publicação corretiva de uma lei; **D:** correta, pois a norma citada, prevista no art. 2º, § 3º, da LINDB, cuida justamente do instituto da repristinação; **E:** incorreta, pois a afirmativa, prevista

no art. 2º, § 2º, da LINDB, não diz respeito à repristinação, mas sim à regra de que a lei geral nova não revoga lei especial anterior.

„Gabartio „D”

(Ministério Público/MS – 2013 – FADEMS) Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, é correto afirmar:

- (A) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.
- (B) se antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto destinada a correção, ainda que mantida a *vacatio legis*, o início de sua vigência ocorrerá no dia da nova publicação.
- (C) a correção a texto de lei em vigor não é considerada lei nova.
- (D) quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito.
- (E) a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia nos Estados estrangeiros três meses depois de sua publicação oficial.

A: incorreta, pois o prazo de quarenta e cinco dias previsto no art. 1º da LINDB começa a fluir após a publicação e não após a promulgação; **B:** incorreta, pois a nova publicação marcará o início de nova *vacatio legis* (art. 1º, § 3º, da LINDB); **C:** incorreta, pois a correção a texto em vigor considera-se lei nova (art. 1º, § 4º, da LINDB); **D:** incorreta, pois a equidade não está prevista na LINDB como sistema integrador (art. 4º, LINDB); **E:** correta. A assertiva versa sobre a hipótese de leis brasileiras que – por alguma razão – têm aplicação em Estados estrangeiros, como é o caso de leis que regulamentam o funcionamento de embaixadas brasileiras ou ainda que regulamentam o voto do cidadão brasileiro que mora no exterior. Nesses casos, tendo em vista a distância e a natural limitação da comunicação, o prazo de *vacatio legis* não é de 45 dias, mas sim de 3 meses (art. 1º, § 1º, da LINDB).

„Gabartio „E”

(Ministério Público/SC – 2012) Analise as seguintes assertivas:

- I. Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada. No cômputo da *vacatio legis* inclui-se o dia da publicação oficial (*dies a quo*) e exclui-se o dia em que se vence o prazo (*dies ad quem*). Contudo, na hipótese do *dies ad quem* cair em domingo ou feriado nacional, considera-se prorrogado o prazo da *vacatio legis* até o dia útil seguinte.
- II. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada. Neste contexto, a lei brasileira, independentemente de conter expressa estipulação de prazo superior a seis meses para sua entrada em vigor no Brasil, passará a ter vigência no estrangeiro logo após o decurso deste prazo, contado da sua publicação no Diário Oficial.
- III. A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da per-

sonalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família. Trata-se de disposição contida no Decreto Lei n. 4.657/42 que reflete a inserção do princípio domiciliar como elemento de conexão para determinar a lei aplicável, em especial ao estrangeiro aqui domiciliado.

- IV.** Segundo o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, o estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, mediante expressa anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro.
- V.** Segundo o Decreto Lei n. 4.657/42, os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, não poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou suscetíveis de desapropriação. Excepcionalmente, poderão adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares.
- (A) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 (B) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
 (C) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
 (D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 (E) Todas as assertivas estão corretas.

I: incorreta, pois o art. 8º § 1º da Lei Complementar n.º 95/98 determina outra regra para contagem de prazos de *vacatio legis*. Referida norma determina que se inclua a data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral, não importando se dia útil ou não; **II:** incorreta, pois a Lei de Introdução prevê uma *vacatio* de 3 meses para as leis brasileiras aplicáveis no exterior (LINDB, art. 1º § 1º). A hipótese é rara e costuma ocorrer quando – por exemplo – uma lei regulamenta os direitos e obrigações de servidores públicos de embaixadas no exterior; **III:** correta, pois de pleno acordo com o art. 7º da LINDB; **IV:** correta, pois de pleno acordo com o art. 7º, § 5º da LINDB; **V:** correta, pois de pleno acordo com o art. 11, § 2º da LINDB.

„B” Gabarito

(Ministério Público/SP – 2012 – VUNESP) No que tange às normas do Direito Brasileiro:

- I.** Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.
- II.** As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- III.** A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- IV.** Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis de estrangeiros situados no Brasil.

- V.** As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil enquanto não homologadas pelo Superior Tribunal de Justiça.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, III e V.
 (B) II, III e IV.
 (C) III, IV e V.
 (D) I, II, IV e V.
 (E) I, II e III.

I: incorreta, pois a *vacatio* na omissão da lei é de 45 dias; **II:** correta, pois de acordo com a regra estabelecida pelo art. 1º, § 4º da LINDB; **III:** correta, pois de acordo com o art. 7º da LINDB; **IV:** correta, pois de acordo com o art. 12, § 1º da referida lei; **V:** incorreta, pois o STJ homologa apenas sentenças estrangeiras. No que se refere às leis estrangeiras, elas só terão eficácia no Brasil se não ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.

„B” Gabarito

(Ministério Público/TO – 2012 – CESPE) Considerando a importância das leis para a manutenção da ordem jurídica, assinale a opção correta.

- (A) No que se refere aos bens, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro estabelece que a regra para aplicação da norma em relação a bens móveis transportados é a relativa à situação dos bens.
- (B) No ordenamento brasileiro, uma lei revogada pode ser repristinada, caso a lei que a tenha revogado seja declarada inconstitucional.
- (C) São lacunas do direito: a normativa, a ontológica, a axiológica e a antinômica.
- (D) Contrato celebrado em território ficto não será regulado pela norma jurídica brasileira, mas pela lei do país onde o contrato tenha sido realizado.
- (E) Em caso de conflito de norma especial anterior e norma geral posterior, prevalecerá, pelo critério hierárquico, a primeira norma.

A: incorreta, pois para esse caso a LINDB (art. 8º § 1º) determina que se aplique a lei em que domiciliado o proprietário; **B:** correta, pois nada impede a repristinação expressa de uma norma. A LINDB veda apenas a repristinação automática (art. 2º § 3º); **C:** incorreta, pois apenas as três primeiras refletem espécies de lacunas, não sendo espécie de lacuna a antinômica. A lacuna normativa é a típica lacuna, hipótese na qual não há lei para regular o caso concreto; a ontológica reflete a situação na qual existe norma, mas dissociada dos fatos sociais; a axiológica representa situação na qual existe lei, mas cuja aplicação seria injusta; **D:** incorreta, pois o contrato celebrado em território ficto (território que não corresponde às fronteiras, mas que apesar disso corresponde juridicamente ao território) será regulado pela norma brasileira; **E:** incorreta, pois nesse caso prevalecerá a segunda norma. O Código Civil, lei geral, por exemplo, revogou, total ou parcialmente, diversas leis especiais.

„B” Gabarito

(Delegado de Polícia/GO – 2013 – UEG) Segundo o artigo 3º da Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro – LINDB, “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”. Diante do exposto, verifica-se que:

- (A) se Paulo casa com Ana, sem saber que Ana é sua irmã, o erro em questão é de fato, assim Paulo tem motivos para pleitear a nulidade do contrato de casamento.
- (B) no ordenamento jurídico brasileiro é cabível escusa de cumprimento da lei, alegando não conhecê-la, em caso de erro de fato (*error facti*).
- (C) o Princípio da Obrigatoriedade, artigo 3º da LINDB, perde seu caráter absoluto, admitindo temperamentos, em hipóteses nas quais a lei, expressamente, possibilite o erro de direito ou erro de conteúdo legal (*error iuris*).
- (D) o erro substancial existe no ordenamento jurídico pátrio como causa de invalidade ou nulidade de um negócio jurídico, sendo ele qualquer, pois refere-se ao conteúdo de norma jurídica.

A: incorreta, pois na hipótese não se está buscando escusar do cumprimento da lei e também porque não é pacífico o entendimento segundo o qual o casamento é contrato; B: incorreta, pois não existe tal previsão no ordenamento; C: correta, pois existe previsão legal no art. 8º do Decreto-lei n.º 3.688/1941 (a chamada Lei de Contravenções Penais), segundo o qual “No caso de ignorância ou de errada compreensão da lei, quando escusáveis, a pena pode deixar de ser aplicada”; D: incorreta, pois a possibilidade de se anular um contrato tendo em vista a incorreta compreensão da lei somente se verifica quando o erro, sendo de direito, for o motivo único ou principal do negócio jurídico (art. 139, III, do CC).

„C„ Gabarito

(Delegado de Polícia/GO – 2013 – UEG) Supondo-se que a Lei “W”, de vigência considerada temporária pelo ordenamento jurídico, revoga, de forma expressa, a Lei “X” e que, devido a mudanças de comportamentos socioeconômicos, a lei revogadora vem a perder sua vigência, tem-se que:

- (A) a lei revogada fica impossibilitada de ser restaurada por ter a lei revogadora perdido a vigência, pois ao ordenamento jurídico pátrio é incabível o princípio da caducidade.
- (B) as correções promovidas no texto da Lei “W”, ainda em vigor, consideram-se lei nova.
- (C) de acordo com o estudo da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, a Lei revogada “X” é imediatamente restaurada, como uma resposta aos anseios socioeconômicos da evolução e porque não se pode ficar sem lei.
- (D) de acordo com a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, a Lei destinada à vigência temporária possuirá vigor até que outra a revogue.

A: incorreta. A restauração da lei revogada por conta da revogação da lei revogadora configura repristinação, fenômeno que – no Brasil – só ocorre se a última lei expressamente determinar (art. 2º, § 3º, da LINDB); B: correta, pois “as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova” (art. 1º, § 4º, da LINDB); C: incorreta, pois a repristinação só ocorre de forma expressa. Assim, a revogação da lei revogadora – por si só – gerará uma lacuna da lei no que se refere àquele assunto; D: incorreta, pois a lei temporária é exceção ao princípio da continuidade (art. 2º, LINDB).

„B„ Gabarito

(Delegado/PA – 2012 – MCONCURSOS) Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Contém normas de sobredireito aplicáveis a todos os ramos do direito, prevalecendo sobre aquilo que a legislação específica dispuser de forma diferente.
- II. Excepcionalmente, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- III. A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- IV. O efeito repristinatório só ocorre quando houver previsão expressa na lei nova.
- V. Para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil, além de outros requisitos previstos em lei, é necessário que tenha sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
- (A) Apenas os itens I, II e IV estão corretas.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretas.
- (C) Apenas os itens III e IV estão corretas.
- (D) Apenas os itens I, II e V estão corretas.
- (E) Apenas os itens III e V estão corretas.

I: incorreta, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657/1942) é considerada uma norma de sobredireito ou superdireito, por ter como objetivo a regulamentação de outras leis (é lei regulando lei). A sua aplicabilidade a outras leis é a regra, mas deverá ser afastada se houver determinação neste sentido. Portanto, não prevalece sobre outras leis; II: incorreta, a assertiva inverte o que é regra e o que é exceção. Em regra, lei começa a vigorar em nosso país 45 dias depois de publicada (art. 1º, *caput*, LINDB). A exceção é quando o legislador determina a vigência imediata ou o cumprimento de um prazo especial de *vacatio legis*; III: correta, a assertiva se refere às espécies de revogação: expressa e tácita (art. 2º, § 1º da LINDB); IV: correta, a repristinação da lei não é proibida no direito brasileiro, mas em regra não ocorre. Consoante dispõe o artigo 2º, § 3º da LINDB, “salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência”. Assim, para que ocorra a repristinação de uma lei revogada deverá existir dispositivo expresso em lei; V: incorreta, atualmente as sentenças estrangeiras devem ser homologadas pelo Superior Tribunal de Justiça, por força do disposto no artigo 105, I, i da Constituição Federal, incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004. Tal dispositivo revogou tacitamente o artigo 15, e, da LINDB que previa a competência do Supremo Tribunal Federal.

„C„ Gabarito

(Procurador/DF – 2013 – CESPE) A respeito da eficácia da lei no tempo e no espaço, julgue os itens a seguir.

- (1) No curso de uma relação contratual civil, caso surja lei nova que trate da matéria objeto da relação jurídica entabulada, essa nova lei deverá ser aplicada à referida relação se apresentar regra mais favorável ao devedor.
- (2) O princípio da irretroatividade da lei nova se aplica às leis de ordem pública.

1: Errada, pois não há regra nesse sentido. A regra geral que deverá ser aplicada é a de que a nova lei respeitará o ato jurídico perfeito (art. 6º, “caput” e § 1º, da LINDB); 2: Certa, pois de pleno acordo com o princípio básico da irretroatividade, previsto no art. 5º, XXX-VI, da CF e no art. 6º da LINDB.

Gabartio 1E, 2C

(Cartório/SP – 2012 – VUNESP) Acerca da vigência da lei federal em todo o território nacional, caso não mencionado expressamente nenhum prazo no ato de sua publicação, pode-se concluir que

- (A) haverá *vacatio legis* de noventa dias, com prazo progressivo.
- (B) sua vigência será imediata.
- (C) haverá *vacatio legis* de quarenta e cinco dias, com vigência sincrônica.
- (D) a vigência ocorrerá de forma sincrônica no dia útil seguinte ao da publicação.

Em regra, o prazo de *vacatio legis* vem previsto no próprio texto legal. Contudo, caso a lei seja omissa, aplica-se o art. 1º, *caput*, da LINDB, o qual prevê que “Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada”.

Gabartio 1C

(Magistratura Federal/3ª região – 2011 – CESPE) Publicada lei de vigência imediata que revogou normas anteriores, houve o ajuizamento de ADI, tendo sido a referida lei declarada inconstitucional dois meses depois de sua publicação. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) Para preservar a segurança das relações, deve-se, como regra, manter a exigibilidade do título fundado na lei declarada inconstitucional.
- (B) Em razão do princípio da obrigatoriedade simultânea, a lei teve vigência, por dois meses, em todo o território nacional e em outros países.
- (C) A declaração de inconstitucionalidade deve afetar os atos praticados durante a vigência da lei, visto que, na hipótese, se admite, de acordo com o ordenamento nacional, repristinação.
- (D) A declaração de inconstitucionalidade afeta a vigência da lei assim declarada da mesma forma que opera o esgotamento do prazo nas leis temporárias.
- (E) Dada a declaração de inconstitucionalidade, a decisão afeta os atos praticados no período da *vacatio legis*.

A: incorreta, pois a lei declarada inconstitucional não pode produzir efeitos, ressalvada a hipótese de modulação de efeitos por decisão de 2/3 dos membros do STF (art. 27 da 9.868/99); B: incorreta, pois no silêncio da lei ela entrará em vigor 45 dias após sua publicação quando for aplicada no Brasil e três meses após sua publicação se tiver aplicação no território estrangeiro (ex: uma lei brasileira que regulamenta a votação de cidadãos brasileiros nas embaixadas); C: correta. A procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade declara a norma como inconstitucional e como tal a mesma não pode produzir efeitos, inclusive o efeito de revogar a lei anterior. Com isso, a lei revogada volta a vigor. É o chamado efeito repristinatório decorrente da decisão de inconstitucionalidade (art. 11 da Lei n.º

9.868/99). Cabe lembrar, porém, que o Supremo Tribunal Federal pode modular os efeitos de sua decisão de inconstitucionalidade por 2/3 dos seus membros, afastando tal efeito (art. 1º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro); D: incorreta, pois o efeito da declaração de inconstitucionalidade numa ADIN é – em regra – *ex tunc*, ao passo que a lei temporária continua vigendo para as relações que foram constituídas durante seu prazo; E: incorreta, pois na *vacatio legis* não há vigência da lei.

Gabartio 1C

(Magistratura do Trabalho – 4ª Região – 2012) As regras estabelecidas na Constituição Federal e na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a respeito do direito intertemporal

- (A) não admitem em qualquer hipótese lei com efeito retroativo.
- (B) impedem o efeito imediato da lei, apenas para não atingir o ato jurídico perfeito.
- (C) preservam a coisa julgada dos efeitos da lei nova, mas não o direito adquirido, nem o ato jurídico perfeito.
- (D) permitem sempre a prevalência das normas de ordem pública, em relação ao direito adquirido.
- (E) estabelecem a coexistência da regra do efeito imediato da lei com a vedação de ela prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

A: incorreta, pois existe previsão constitucional de lei retroativa, como é o caso da lei penal benéfica (CF, art. 5º, XL); B: incorreta, pois – como regra – “a lei em vigor terá efeito imediato e geral” (Lei de Introdução, art. 6º); C: incorreta, pois a lei em vigor deve respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada (CF, art. 5º, XXXVI e Lei de Introdução, art. 6º); D: incorreta, pois tal prevalência não encontra amparo legal; E: correta, pois tal coexistência vem expressamente estabelecida no art. 5º, XXXVI da CF, bem como no art. 6º da Lei de Introdução.

Gabartio 1E

(Magistratura do Trabalho – 14ª Região – 2011) Analise as seguintes proposições à luz do Direito Civil brasileiro e, ao final, responda.

- I. As leis, atos e sentenças de país estrangeiro terão eficácia no Brasil, quando não ofenderem a soberania nacional e a ordem pública, ainda que atentem contra os bons costumes.
- II. A lei nova, que estabeleça disposições gerais e especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- III. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, sendo que nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada.
- IV. As correções a texto de lei em vigor consideram-se lei nova.
- V. A lei do país em que a pessoa nasceu determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família

- (A) São corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (B) São corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (C) São corretas apenas as assertivas II e V.
- (D) São corretas apenas as assertivas I, IV e V.
- (E) São corretas apenas as assertivas II e IV.

I: incorreta, pois não terão eficácia no Brasil se atentarem contra os bons costumes (art. 17 da LINDB); **II:** correta (art. 2º, § 2º, da LINDB); **III:** incorreta, pois começa a vigorar no exterior 3 meses após oficialmente publicada (art. 1º, *caput* e § 1º, da LINDB); **IV:** correta (art. 1º, § 4º, da LINDB); **V:** incorreta, pois é a lei do país em que DOMICILIADA a pessoa que determina essas regras (art. 7º, *caput*, da LINDB).

„E„ Gabartio

(Magistratura do Trabalho – 16ª Região – 2011) Sobre a lei e da sua eficácia espacial e temporal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Pelo princípio da obrigatoriedade das leis, a lei se aplica a todos indistintamente, valendo a excusa por desconhecimento legal.
- (B) Pelo princípio da continuidade das leis, a partir da vigência de uma lei sua eficácia só poderá ser descontinuada pela revogação por outra, sendo possível a repristinação tácita.
- (C) Após a vigência do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) houve derrogação de vários dispositivos de leis que contrariavam seus princípios gerais e regulamentos, tendo ocorrido o fenômeno da derrogação nos que encerravam conflito.
- (D) Se um servidor aposenta-se sob a égide de uma norma vigente à época em que preenchia os requisitos, e passa essa mesma lei a ter nova redação após a concessão da aposentadoria, é lícito promover a revisão pelo Estado-Administrador dos valores concedidos ao beneficiário após nova regulamentação legal.
- (E) Não dispondo em sentido contrário, a lei vigorará em todo o país na data de sua publicação.

A: incorreta, pois o desconhecimento da lei não é excusa válida para deixar de obedecê-la (art. 3º da LINDB); **B:** incorreta, pois só existe repristinação expressa de lei (art. 2º, § 3º, da LINDB); **C:** correta; vale salientar que o CDC é uma lei principiológica, de maneira que, além de ser lei posterior em relação a outras várias leis, é lei que tem hierarquia material em relação a outras leis de mesma hierarquia formal; **D:** incorreta, pois o servidor terá direito adquirido no caso, e a lei não pode prejudicar direito adquirido (art. 6º, *caput*, da LINDB); **E:** incorreta, pois, não dispondo em sentido contrário, a lei vigorará em todo o País 45 dias depois de oficialmente publicada (art. 1º, *caput*, da LINDB).

„C„ Gabartio

(Analista – TRE/PR – 2012 – FCC) NÃO se destinando a vigência temporária, a lei

- (A) terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- (B) vigorará enquanto não cair em desuso.
- (C) só poderá ser revogada pela superveniência de nova ordem constitucional.

- (D) somente vigorará, até que outra lei expressamente a revogue.
- (E) não poderá ser revogada.

Art. 2º, *caput*, da LINDB.

„A„ Gabartio

(Analista – TJ/ES – 2011 – CESPE) Julgue o seguinte item.

- (1) De acordo com a LINDB, a lei entra em vigor na data de sua publicação. Portanto, durante o prazo de *vacatio legis* (vacância), a lei estará plenamente em vigor.

1: incorreta, pois o art. 1º da LINDB estabelece que a lei só entra em vigor (passa a produzir efeitos) após o decurso da *vacatio legis*; antes, a lei só tem vigência (existe), mas não tem vigor (não produz efeitos) ainda.

„E„ Gabartio

(Analista – TRT/14ª – 2011 – FCC) A Lei nº XX/09 foi revogada pela Lei nº YY/10. Posteriormente, a Lei nº ZZ/10 revogou a Lei nº YY/10. Nesse caso, salvo disposição em contrário, a Lei nº XX/09

- (A) não se restaura por ter a Lei revogadora perdido a vigência.
- (B) só se restaura se a Lei nº YY/10 tiver sido expressamente revogada pela Lei no ZZ/10.
- (C) restaura-se integralmente, independentemente, de novo diploma legal.
- (D) só se restaura se a revogação da Lei nº YY/10 for decorrente de incompatibilidade com a Lei nº ZZ/10.
- (E) só se restaura se a Lei nº ZZ/10 tiver regulamentado inteiramente a matéria de que tratava a Lei nº YY/10.

No direito brasileiro não há repristinação automática, de modo que a Lei nº XX/09 não fica restaurada por ter a lei revogadora (Lei nº YY/10) perdido a vigência por força da Lei nº ZZ/10. Tal regra está prevista no art. 2º, § 3º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), consistente no Dec-lei 4.657/42.

„A„ Gabartio

1.2. EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO

(Ministério Público/CE – 2011 – FCC) Constitui, dentre outros, requisito para execução no Brasil de sentença proferida no estrangeiro:

- (A) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução de acordo com a lei brasileira, ainda que assim não esteja no lugar em que foi proferida.
- (B) terem sido as partes citadas e não ter ocorrido revelia.
- (C) ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal, após parecer favorável do Procurador-Geral da República.
- (D) haver sido proferida por juiz competente.

(E) estar traduzida por intérprete do país de origem ou pelo advogado que representar o requerente.

A: incorreta, pois a sentença deve conter formalidades necessárias para execução no lugar em que foi proferida; B: incorreta, pois admite-se a homologação no caso de revelia, desde que esta tenha sido legalmente verificada; C: incorreta, pois a homologação compete ao Superior Tribunal de Justiça (CF, art. 105); D: correta, pois de acordo com a exigência da LINDB, art. 15, a; E: incorreta, pois a LINDB exige apenas intérprete autorizado (art. 15, d).

„D“ „D“ „D“

(Cartório/SP – 2011 – VUNESP) Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O casamento de franceses, no Brasil, poderá ser realizado no Consulado da França.
- (B) Alemão residente no Brasil poderá casar-se com noiva brasileira perante a Autoridade Consular Alemã estabelecida no Brasil, regendo-se o casamento pelas leis brasileiras.
- (C) Casal de brasileiros, residindo no exterior, poderá casar-se perante a Autoridade Consular brasileira.
- (D) A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre começo e o fim da personalidade, nome, capacidade e os direitos de família.

A: correta, pois o casamento de estrangeiros celebrado no Brasil pode ser celebrado perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de qualquer dos nubentes (art. 7º, §2º, da LINBD); B: incorreta (devendo ser assinalada), pois a lei apenas faculta o casamento perante autoridade consular para o casamento entre estrangeiros realizado no Brasil. No caso em tela a noiva é brasileira, logo tal permissão não se aplica (art. 7º, §2º, da LINBD); C: correta, pois tratando-se de brasileiros, são competentes as autoridades consulares brasileiras para lhes celebrar o casamento e os mais atos de Registro Civil e de tabelionato, inclusive o registro de nascimento e de óbito dos filhos de brasileiro nascido no país da sede do Consulado (art. 18 da LINBD); D: correta (art. 7º, *caput*, da LINBD).

„B“ „B“ „B“

1.3. INTERPRETAÇÃO DA LEI

(Magistratura/PI – 2011 – CESPE) O fato de um juiz, transcendendo a letra da lei, utilizar de raciocínio para fixar o alcance e a extensão da norma a partir de motivações políticas, históricas e ideológicas caracteriza o exercício da interpretação:

- (A) teleológica.
- (B) sistemática.
- (C) histórica.
- (D) lógica.
- (E) doutrinária.

A: incorreta, pois a interpretação teleológica é a que busca alcançar os fins sociais almejados pela norma. Trata-se da aplicação da teleologia, doutrina que se fundamenta na ideia de finalidade; B: incorreta, pois pela interpretação sistemática busca-se extrair da norma seu melhor significado através do auxílio de todo sistema jurídico, analisando outros diplomas legislativos pátrios, leis e códigos, observando o Direito como um sistema harmônico; C: incorreta, pois

a interpretação histórica é a que busca o “*occasio legis*”, ou seja, o período histórico no qual a lei foi elaborada, desenvolvida e aprovada. Busca-se a razão do surgimento da norma, o andamento de seu processo legislativo, emendas, correções até sua aprovação final pelo Presidente da República; D: correta, pois a interpretação lógica analisa a letra da lei com o auxílio de raciocínio lógico, análise do período histórico, ideologia dominante etc.; E: incorreta, pois tal interpretação é aquela realizada pelos estudiosos, em suas obras, teses e ensaios acadêmicos.

„D“ „D“ „D“

(Ministério Público/RR – 2012 – CESPE) Considerando o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro bem como a interpretação de seus dispositivos, assinale a opção correta.

- (A) Denomina-se conflito aparente o conflito normativo passível de solução mediante critérios hierárquicos, cronológicos e embasados na especialidade.
- (B) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais, a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- (C) A possibilidade de repristinação da norma é a regra geral no ordenamento jurídico pátrio.
- (D) A ab-rogação corresponde à supressão parcial de norma anterior; a derrogação, à supressão total da norma.
- (E) A declaração privada da vontade oriunda de outro país terá eficácia no Brasil, ainda que ofenda a ordem pública e os bons costumes locais.

A: correta, pois estabelece a definição do conflito aparente; B: incorreta, pois a lei nova – nessas circunstâncias – não revoga nem modifica a anterior (LINDB, art. 2º, § 2º); C: incorreta, pois a possibilidade de repristinação é a exceção no sistema e só ocorrerá caso a lei que revogou a revogadora expressamente determina a repristinação da primeira lei revogada; D: incorreta, pois a assertiva traz conceitos invertidos, definindo como ab-rogação o que é derrogação e vice-versa; E: incorreta, pois a ofensa à ordem pública e aos bons costumes retiram eficácia das leis, atos e sentenças de outro país (LINDB, art. 17).

„A“ „A“ „A“

(Procurador do Município/Sorocaba-SP – 2012 – VUNESP) Método de interpretação que se baseia na investigação dos antecedentes da norma, do processo legislativo, a fim de descobrir o seu exato significado. É o método que apura a vontade do legislador e os objetivos que visava atingir.

Essa definição refere-se ao método de interpretação

- (A) histórico.
- (B) sistemático.
- (C) teleológico.
- (D) gramatical.
- (E) sociológico.

A: correta. A hermenêutica é a ciência da interpretação, a qual traz diversas técnicas ou métodos interpretativos. As técnicas ou métodos clássicos são: a) gramatical; b) sistemático; c) histórico; d) teleológico; e) lógico; f) sociológico. A técnica histórica se preocupa em investigar os antecedentes da norma, desde as circunstâncias

fáticas e valorativas que a precedem até o processo legislativo, com o escopo de verificar a razão de sua existência (Wander Garcia, **Super-Revisão**, Editora Foco); **B**: incorreta, pois a técnica sistemática consiste em relacionar os vários dispositivos legais que guardam pertinência com o tema no sistema jurídico, de modo a buscar uma resposta única e trabalhada (Wander Garcia, **Super-Revisão**, Editora Foco); **C**: incorreta, pois a técnica teleológica consiste em averiguar o sentido e o alcance da lei partindo dos fins sociais a que ela se dirige, bem como adaptando-se às exigências do bem comum (art. 5º, da LINDB) (Wander Garcia, **Super-Revisão**, Editora Foco); **D**: incorreta, pois a técnica gramatical ou literal consiste em verificar o significado das palavras, isolada e sintaticamente, atendendo à pontuação e à colocação dos vocábulos (Wander Garcia, **Super-Revisão**, Editora Foco); **E**: incorreta, pois a técnica sociológica busca alcançar a efetividade da norma jurídica, adaptando-a à realidade social.

„A” Gabarito

(**Cartório/SP – 2012 – VUNESP**) Quando o intérprete se defrontar com a necessidade de preencher lacuna da lei, de modo a proceder à aplicação de uma norma existente, destinada a reger caso semelhante, é correto afirmar que há

- (A) interpretação extensiva.
- (B) aplicação do direito alternativo.
- (C) analogia *juris*.
- (D) analogia *legis*.

A: incorreta, pois na utilização da técnica da interpretação extensiva não há falar-se em lacuna na lei. Isto se dá, pois neste caso *há* norma e o intérprete apenas amplia o seu sentido; **B**: incorreta, pois o direito alternativo não é utilizado como forma de integração de lacuna; **C**: incorreta, pois na *analogia iuris* tem-se a aplicação de um conjunto de normas próximas, visando extrair elementos que possibilitem a analogia; **D**: correta, pois na *analogia legis* segue-se exatamente este procedimento: não havendo para o caso concreto norma que se subsuma a sua resolução, recorre-se a uma norma semelhante do ordenamento, a fim de se preencher a lacuna, evitando-se, assim o *non liquet*.

„D” Gabarito

1.4. LACUNAS E INTEGRAÇÃO DA LEI

(**Procurador do Estado/RO – 2011 – FCC**) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso com o emprego da

- (A) analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito.
- (B) equidade em quaisquer casos, dos costumes e dos princípios gerais do direito.
- (C) analogia, da equidade e dos costumes, apenas.
- (D) interpretação, dos costumes, da equidade e dos princípios gerais do direito.
- (E) interpretação, da analogia e dos princípios gerais do direito.

Art. 4º da LINDB.

„A” Gabarito

(**Magistratura do Trabalho – 16ª Região – 2011**) Considerando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- I. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
 - II. A lei estadual sempre revoga a lei municipal quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
 - III. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
 - IV. Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.
- (A) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
 - (B) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
 - (C) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
 - (D) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
 - (E) Todas as afirmativas estão corretas.

I: correta, pois o enunciado trata dos sistemas que integram o ordenamento na hipótese de haver lacuna da lei. Tais sistemas integradores estão previstos no art. 4º da LINDB e são justamente analogia, costumes e princípios gerais do direito; **II**: incorreta. A rigor, não há hierarquia entre leis estaduais e municipais. O assunto é tratado pelo Direito Constitucional, havendo sim campos distintos de competência e de incidência; **III**: incorreta, pois referida lei não revoga nem modifica a lei anterior, conforme o art. 2º, § 2º, da LINDB; **IV**: correta, pois o art. 5º da LINDB determina ao juiz que atenda – ao aplicar a lei – justamente a esses dois vetores.

„B” Gabarito

1.5. ANTINOMIAS E CORREÇÃO

Para resolver essa questão e outras que tratam das antinomias, segue resumo.

Correção de antinomias.

Muitas vezes o problema não é de ausência de lei ou de normas, mas de existência de mais de uma norma conflitante entre si. Nesse caso tem-se antinomia, a ensejar uma correção, que também só terá efeito para o caso concreto em que o Direito será aplicado. Pode-se conceituar o instituto da antinomia como a situação de conflito entre duas ou mais normas jurídicas.

Quanto ao critério de solução do conflito, a antinomia pode ser dividida em duas espécies: a) aparente, quando a própria lei tiver critério para a solução do conflito; b) real, quando não houver na lei critério para a solução do conflito.

A ordem jurídica prevê critérios para a solução de antinomias aparentes. São eles: a) o hierárquico (*lex superior derogat legi inferiori*), pelo qual a lei superior prevalece sobre a de hierarquia inferior, b) o cronológico ou temporal (*lex posterior derogat legi priori*), pelo qual a lei posterior prevalece sobre a anterior; c) e o da especialidade (*lex specialis derogat legi generali*), pela qual a lei especial prevalece sobre a geral.

Caso não seja possível solucionar o conflito pela utilização dos critérios acima, estaremos diante de um conflito de segundo grau, já que o conflito não será

entre simples normas, mas entre os critérios (hierárquico, cronológico e de especialidade). Confirma-se os metacritérios para a solução de antinomias de segundo grau. Entre o: a) hierárquico e o cronológico, prevalece o hierárquico (norma superior-anterior), pois a competência é mais forte que o tempo; b) da especialidade e o cronológico, prevalece o da especialidade (norma especial-anterior), em face do princípio da igualdade, admitindo-se exceções no caso concreto; c) hierárquico e o da especialidade, não é possível estabelecer um metacritério de antemão, com alguma vantagem para o critério hierárquico, em virtude da competência.

Se mesmo assim não for possível resolver o conflito pelos metacritérios, deve-se recorrer ao critério dos metacritérios, o princípio da justiça: escolhe-se a norma mais justa.

(Procurador do Estado/AC – FMP – 2012) Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Antinomia jurídica ocorre quando há lacuna legislativa.
- (B) No Direito brasileiro, a equidade possui apenas função interpretativa.
- (C) A analogia, assim como o costume e os princípios gerais de direito, tem função integrativa no sistema jurídico brasileiro.
- (D) O critério ou princípio hierárquico – *lex superior derogat legi inferiori* – visa a solucionar o problema da necessidade de integração de lacunas axiológicas.

A: incorreta, pois a antinomia se caracteriza pela existência de mais de uma norma conflitante entre si; **B:** incorreta, pois a equidade também pode ter função integrativa, nos casos expressos em lei (art. 127, do CPC); **C:** correta (art. 4º, da LINDB). “A integração pode ser definida como o processo de preenchimento de lacunas, mediante a aplicação da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito, nessa ordem, criando-se a norma individual para o caso” (Wander Garcia, **Super-Revisão**, Editora Foco); **D:** incorreta, pois o critério hierárquico visa a solucionar a antinomia jurídica, enquanto que a analogia, o costume e os princípios gerais de direito têm função integrativa no sistema jurídico brasileiro.

„C” Gabarito

2. GERAL

2.1. PRINCÍPIOS DO CÓDIGO CIVIL, CLÁUSULAS GERAIS E CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS

(Defensor Público/PR – 2012 – FCC) Acerca das diretrizes regentes e estruturantes do processo de codificação do Código Civil de 2002, fundadas no pensamento culturalista de Miguel Reale, é INCORRETO afirmar:

- (A) A sistematicidade norteou a concepção de inseparabilidade do Código Civil com as demais normas do ordenamento jurídico, o que se verifica na forma de definição dos juros legais.

- (B) A operabilidade determinou a adoção de soluções normativas para a facilitação da interpretação, aplicação e adaptação do Direito, o que se verifica na adoção das normas abertas como técnica legislativa.
- (C) A socialidade implicou na funcionalização dos modelos jurídicos, fazendo prevalecer os valores coletivos sobre os individuais, sem que sejam desconsiderados os valores inerentes à pessoa, o que se verifica na previsão do instituto do abuso de direito.
- (D) A eticidade provocou a opção antropocêntrica da codificação civil, implicando na prevalência de critérios éticos sobre os de natureza formal, o que se verifica nos institutos da lesão e do estado de perigo.
- (E) A igualdade formal determinou o tratamento igualitário dos sujeitos de direitos e o afastamento de regimes tutelares, o que se verifica no afastamento de um regime de proteção dos incapazes, presentes na anterior codificação civil.

A: correta. Miguel Reale concebe o ordenamento jurídico como um sistema em que as normas se relacionam. Desta forma, os dispositivos do Código Civil devem estar de acordo com as demais leis a sua volta. O exemplo utilizado na alternativa está correto, pois o artigo 406 determina que quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. De acordo com a jurisprudência atualizada do STJ a taxa referida no dispositivo é a Selic (REsp 1.279.173/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 04.04.2013); **B:** correta. Entre os princípios basilares do CC/2002 a operabilidade ganha destaque pela adoção de técnicas legislativas, como o uso das cláusulas gerais e dos conceitos legais indeterminados, com o objetivo de permitir a atualização do direito; **C:** correta. O abuso de direito previsto no art. 187 do Código Civil tem por base o princípio da socialidade ao limitar o exercício de um direito legítimo quando presentes outros valores caros a coletividade; **D:** correta. O princípio da eticidade é a base dos artigos 156 (estado de perigo) e 157 (lesão) ao culminarem de invalidade o negócio celebrado por alguém que se aproveitou da situação de perigo, necessidade ou inexperiência de outra, para obter lucro fácil; **E:** incorreta, , devendo ser assinalada – o Código Civil de 2002 manteve a proteção dos incapazes (vide arts. 3º e 4º), consagrando a igualdade material.

„E” Gabarito

(Defensor Público/TO – 2013 – CESPE) Acerca do Direito Civil, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da eticidade, paradigma do atual direito civil constitucional, funda-se no valor da pessoa humana como fonte de todos os demais valores, tendo por base a equidade, boa-fé, justa causa e demais critérios éticos, o que possibilita, por exemplo, a relativização do princípio do *pacta sunt servanda*, quando o contrato estabelecer vantagens exageradas para um contratante em detrimento do outro.
- (B) Cláusulas gerais, princípios e conceitos jurídicos indeterminados são expressões que designam o mesmo instituto jurídico.

- (C) A operacionalidade do direito civil está relacionada à solução de problemas abstratamente previstos, independentemente de sua expressão concreta e simplificada.
- (D) Na elaboração do Código Civil de 2002, o legislador adotou os paradigmas da socialidade, eticidade e operacionalidade, repudiando a adoção de cláusulas gerais, princípios e conceitos jurídicos indeterminados.
- (E) No Código Civil de 2002, o princípio da socialidade reflete a prevalência dos valores coletivos sobre os individuais, razão pela qual o direito de propriedade individual, de matriz liberal, deve ceder lugar ao direito de propriedade coletiva, tal como preconizado no socialismo real.

A: correta, o direito à revisão ou rescisão contratual em razão de onerosidade excessiva representa exceção ao princípio da força obrigatória (*pacta sunt servanda*); B: incorreta, as expressões possuem significados distintos. Princípios são regras norteadoras do ordenamento jurídico e não necessariamente estão expressos na lei. Cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados são dispositivos legais com conteúdo propositalmente vago, com o objetivo de permitir maior amplitude em sua incidência, mas não se confundem: as cláusulas gerais não definem o instituto nem a consequência de sua violação (exemplo: art. 421 do CC – função social); por sua vez, os conceitos jurídicos indeterminados não definem o instituto, mas estabelecem a consequência em caso de violação (exemplo: art. 927, parágrafo único, 2ª parte – responsabilidade objetiva por atividade de risco). Devemos lembrar que existem diversos entendimentos doutrinários sobre os conceitos de cláusulas gerais e conceitos legais indeterminados; C: incorreta. O princípio da operabilidade está relacionado à aplicação concreta da norma. As cláusulas gerais e os conceitos jurídicos indeterminados têm por base o princípio da operabilidade; D: incorreta. O legislador contemplou diversos princípios, cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados no Código Civil de 2002; E: incorreta. O princípio da socialidade representa um limite aos interesses individuais quando presentes interesses da coletividade, mas não se pode afirmar que o direito de propriedade individual deve ceder lugar ao direito de propriedade coletiva.

Gabartio "A"

2.2. PESSOAS NATURAIS

2.2.1. INÍCIO DA PERSONALIDADE E NASCITURO

(Ministério Público/PI – 2012 – CESPE) Considerando as regras de introdução às normas do direito brasileiro e os direitos do nascituro, assinale a opção correta.

- (A) Segundo as regras legais brasileiras, permite-se ao julgador o *non liquet*, nos casos de lacunas ou obscuridade da norma.
- (B) O Código Civil não admite a doação feita ao nascituro, apesar de lhe assegurar o *status* de pessoa humana.
- (C) Como o Código Civil exige o nascimento com vida para a aquisição da personalidade civil, o nascituro não tem direito a indenização por danos morais pela morte do pai.
- (D) O efeito repristinatório não é automático. Apenas excepcionalmente a lei revogada voltará a vigor

quando a lei revogadora for declarada inconstitucional ou quando for concedida a suspensão cautelar da eficácia da norma impugnada.

- (E) De acordo com a lei brasileira, o itinerante tem como domicílio presumido o local de moradia de seus pais ou de seu curador ou tutor.

A: incorreta, pois no caso de lacuna da lei o juiz deve buscar integrar o ordenamento através da utilização de analogia, costumes e princípios gerais do Direito (LINDB, art. 4º); B: incorreta, pois o art. 542 do CC permite a doação ao nascituro; C: incorreta, pois o STJ já pacificou o entendimento segundo o qual o nascituro ostenta direitos da personalidade atinentes à sua natureza, tais como a integridade psíquica, física, dignidade e até mesmo imagem. A violação a tais direitos gera um dano moral indenizável. Neste sentido decidiu o STJ: II - O nascituro também tem direito aos danos morais pela morte do pai, mas a circunstância de não tê-lo conhecido em vida tem influência na fixação do *quantum*. (REsp 399.028/SP, Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, 4ª Turma, julgado em 26/02/2002, DJ 15/04/2002, p. 232); D: correta. Por um lado a LINDB afirma que a revogação da lei revogadora não restaura a lei revogada (art. 2º § 3º). Por outro lado, a Lei n.º 9.868/99, art. 11, § 2º prevê o chamado "efeito repristinatório" na decisão da ADIN. Significa que – se a lei revogadora for declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – volta a valer a lei revogada, pois a norma constitucional simplesmente não é válida perante o ordenamento desde o momento de sua criação (ressalva-se apenas a possibilidade de modulação de efeitos); E: incorreta, pois o itinerante tem como domicílio o local onde for encontrado (CC, art. 73). Sobre domicílio do itinerante, interessante arretado do Primeiro Tribunal de Alçada Cível de São Paulo: "Citação de empresa circense. Não se confundem as personalidades jurídicas da empresa com as dos seus sócios individualmente. Correto o ajuizamento da ação e a citação do circo no lugar onde foi encontrado, independentemente de seu sócio responsável ser domiciliado em outro lugar" (1o TACIV-SP, 7a Câ., AG 652.776-4, Rel. Juiz Carlos Renato, j. 6-2-1996).

Gabartio "D"

(Ministério Público/PR – 2011) Assinale a alternativa correta:

- (A) a capacidade de direito não é atribuída àqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- (B) a incapacidade de exercício não afeta a capacidade de direito, que é atributo de todo aquele dotado de personalidade jurídica.
- (C) a antecipação da maioridade derivada do casamento gera a atribuição de plena capacidade de direito àquele menor de 18 anos que contrai núpcias, embora nada afete a sua capacidade de fato.
- (D) o reconhecimento da personalidade jurídica da pessoa natural a partir do nascimento com vida significa afirmar que, antes do nascimento, a pessoa é dotada de capacidade de fato, mas não tem capacidade de direito.
- (E) a interdição derivada de incapacidade absoluta enseja a suspensão da personalidade jurídica da pessoa natural, uma vez que a capacidade é a medida da personalidade.

A: incorreta, pois todas as pessoas têm capacidade de direito, que consiste na *aptidão genérica conferida pela ordem jurídica para*

adquirir direitos e contrair deveres; **B:** correta, conforme justificativa da alternativa A; **C:** incorreta, pois a emancipação afeta diretamente a capacidade de fato, eis que a pessoa emancipada passa a ter total capacidade de fato; **D:** incorreta, pois o nascituro não tem personalidade jurídica, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos que ele possa ter (art. 2º do CC), ou seja, o nascituro é um sujeito de direito despersonalizado, de modo que não há como falar que ele tem capacidade, que é uma aptidão genérica para contrair direitos e obrigações, visto que não existe essa aptidão GÊNÉRICA, mas apenas proteção de alguns direitos específicos; com o nascimento com vida a pessoa adquire personalidade jurídica e, por consequência, capacidade de direito; **E:** incorreta, pois a interdição não retira a personalidade jurídica da pessoa, que só termina com a morte.

„B,“ Gabarito

(Delegado/AL – 2012 – CESPE) Com base no que dispões a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e Direito Civil, julgue os itens subsecutivos.

- (1) A personalidade civil começa com o nascimento com vida, mas os direitos do nascituro estão sujeitos a uma condição resolutiva, ou seja, são direitos eventuais; esse conceito refere-se à teoria da personalidade condicional.

1: incorreta, o artigo 2º do Código Civil adotou a teoria natalista quanto ao momento do início da personalidade jurídica dos seres humanos. Quanto ao nascituro, seus direitos ficam sujeitos a uma condição suspensiva.

„B,“ Gabarito

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2012) De acordo com o disposto no Código Civil brasileiro acerca da pessoa natural, julgue os itens a seguir.

- (1) Embora a lei proteja o direito sucessório do nascituro, não é juridicamente possível registrar no seu nome, antes do nascimento com vida, um imóvel que lhe tenha sido doado.
- (2) A recente decisão do STF em favor da possibilidade de interrupção da gravidez de fetos anencéfalos não invalida o dispositivo legal segundo o qual o feto nascido com vida adquire personalidade jurídica, razão por que adquirirá e transmitirá direitos, ainda que faleça segundos depois.

1: correta (arts. 2º e 542, do CC); **2:** correta (art. 2º, do CC). De acordo com a teoria natalista adotada por nosso ordenamento jurídico, a personalidade jurídica da pessoa natural é adquirida a partir do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro (art. 2º, do CC), ainda que não tenha forma humana e viabilidade de vida, bastando que haja respiração e separação do ventre materno.

„C,“ Gabarito

(Analista – TJ/ES – 2011 – CESPE) Julgue o seguinte item.

- (1) Apesar de não reconhecer a personalidade do nascituro, o Código Civil põe a salvo os seus direitos desde a concepção. Nesse sentido, na hipótese de interdição de mulher grávida, o curador desta será também o curador do nascituro.

1: correta, pois o art. 2º do CC estabelece que “a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”; além disso, o art. 1.779, p. ún., estabelece que “se a mulher estiver interdita, seu curador será o do nascituro”.

„C,“ Gabarito

2.2.2. CAPACIDADE

(Magistratura/MG – 2012 – VUNESP) Analise as afirmativas seguintes.

- I. Estão sujeitos à curatela os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
- II. O Ministério Público não tem legitimidade para propor a interdição se não promovê-la os pais ou tutores, cônjuge ou qualquer parente.
- III. A autoridade do curador estende-se à pessoa e aos bens dos filhos do curatelado, até cessar a menoridade.
- IV. A decisão que declara a interdição só produz efeitos após o trânsito em julgado.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e III.
 (B) I e IV.
 (C) II e III.
 (D) II e IV.

I: correta, pois os ébrios habituais e viciados em tóxicos são – segundo o art. 4º do Código Civil – relativamente incapazes de exercer certos atos da vida civil. Em complemento a esta disposição, o art. 1.767, III estabelece que ambos estão sujeitos à curatela; **II:** incorreta, pois o Ministério Público tem legitimidade para propor a interdição, conforme art. 1.769, II; **III:** correta, pois o art. 1.778 do Código Civil prevê a possibilidade de que a autoridade do curador se estenda à pessoa e aos bens dos filhos do curatelado, criando o instituto da “Curatela Prorrogada”; **IV:** incorreta, pois conforme o art. 1.184 do CPC, a sentença de interdição “produz efeitos desde logo”.

„A,“ Gabarito

(Ministério Público/CE – 2011 – FCC) A respeito da personalidade e da capacidade, é correto afirmar que

- (A) os menores de dezoito anos têm capacidade para adquirir direitos e contrair obrigações.
- (B) a proteção que o Código Civil confere ao nascituro não alcança o natimorto no que concerne aos direitos da personalidade.
- (C) os ausentes são considerados absolutamente incapazes para os atos da vida civil.
- (D) a emancipação do maior de dezesseis anos pelos pais através de escritura pública só produz efeitos após homologação judicial, com prévia audiência do Ministério Público.
- (E) não merece proteção a imagem de pessoa falecida porque os direitos da personalidade são intransmissíveis.

A: correta, pois tal capacidade de direito já é titularizada desde o nascimento com vida (CC, art. 2º). Trata-se da personalidade ou da capacidade de direito. É por isso que uma criança de 2 anos e que herdou um imóvel do seu avô, por exemplo, tem direito a

receber os alugueis decorrentes da eventual locação do imóvel a terceiros; **B**: incorreta, pois o natimorto também tem assegurados direitos da personalidade, conforme enunciado n.º 1 do Conselho da Justiça Federal; **C**: incorreta, pois a ausência não se confunde com a incapacidade. Trata-se de situação especial, cuja paulatina sucessão é regulada pelo CC (arts. 22 até 39); **D**: incorreta, pois a emancipação voluntária exige apenas a escritura pública, seguida de registro em livro especial perante o Cartório do 1º Ofício da comarca de domicílio do emancipado. Não há necessidade de sentença judicial, conforme demonstra este interessante julgado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “Pedido de Emancipação – Extinção – Possibilidade – Menor a contar, presentemente, com 20 anos de idade – Suficiente escritura pública – Carência por ausência de interesse em pedir judicialmente e pela impossibilidade jurídica do pedido – Recurso não provido” (Apelação Cível no 76.776-4 – Cotia – 4ª Câmara de Direito Privado – Relator: Fonseca Tavares – 8.4.1999. v. u.); **E**: incorreta, pois os direitos da personalidade continuam a produzir reflexos mesmo após a morte da pessoa, conforme determinam os arts. 12 parágrafo único e 20 parágrafo único do Código Civil. Nesta esteira decidiu o STJ: “Os direitos de personalidade, de que o direito à imagem é um deles, guardam como principal característica a sua intransmissibilidade. Nem por isso, contudo, deixa de merecer proteção a imagem de quem falece, como se fosse coisa de ninguém, porque ela permanece perenemente lembrada nas memórias, como bem imortal que se prolonga para muito além da vida, estando até acima desta, como sentenciou Ariosto. Daí por que não se pode subtrair da mãe o direito de defender a imagem de sua falecida filha, pois são os pais aqueles que, em linha de normalidade, mais se desvanecem com a exaltação feita à memória e à qualquer agressão que possa lhes trazer mácula. Ademais, a imagem de pessoa famosa projeta efeitos econômicos para além de sua morte, pelo que os seus sucessores passam a ter, por direito próprio, legitimidade para postularem indenização em juízo” (STJ, 4ª T., REsp 268660-RJ, rel. Min. César Asfor Rocha, v.u., j. 21-2-2000, DJU 19-2-2001).

„A” Gabarito

(Ministério Público/RJ – 2011) A Promotoria de Justiça da Comarca de Paracambi instaura procedimento administrativo para verificar a situação do paciente Márcio Almeida, de 57 anos, que se encontra internado no Hospital Psiquiátrico desde 2004. A equipe técnica do Ministério Público, composta por psiquiatra, psicólogo e assistente social, confirma a existência de doença mental grave, elaborando laudo técnico que retira por completo do paciente o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil. Mesmo com a realização de diversas diligências no procedimento instaurado, não foi possível encontrar nenhum familiar do paciente, apesar de estarem eles devidamente identificados desde 2010. Diante desse quadro, a conduta adequada do membro do Ministério Público seria propor uma ação de:

- (A) interdição do paciente, com pedido de nomeação de um tutor provisório, com fundamento no fato de o tutelado ser absolutamente incapaz. Nesse caso, o Parquet possui legitimidade para demandar em razão da omissão dos parentes, conforme o laudo da equipe técnica do Ministério Público;
- (B) interdição em razão da situação de risco vivida pelo paciente, requerendo a nomeação de um dos parentes como seu tutor, em conformidade com o Estatuto do Idoso;

- (C) alimentos, com fundamento no Estatuto do Idoso, em face dos parentes do paciente, em razão da solidariedade de todos eles na obrigação alimentar;
- (D) responsabilidade civil em face dos parentes omissos do paciente, em razão da falta de cuidados e da não propositura da ação de interdição pelos legitimados;
- (E) interdição do paciente, com requerimento de nomeação de um curador provisório. A incapacidade absoluta comprovada e a impossibilidade de gerir os atos da vida civil fundamentam o pleito.

Claramente a hipótese é de interdição, com fundamento no art. 1.767 que dispõe estarem sujeitos à curatela: “I - aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil”. Diante das informações do enunciado da questão, a hipótese inicial é de nomeação de curador para administrar os atos da vida do incapaz. Não há que se falar em Estatuto do Idoso, tendo em vista que a Lei n.º 10.741/2003 cuida dos maiores de sessenta anos de idade.

„E” Gabarito

(Ministério Público/SP – 2012 – VUNESP) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- I. Os menores de 16 (dezesseis) anos.
- II. Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- III. Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- IV. Os idosos internados em instituição de longa permanência.
- V. Os presos, em regime prisional fechado, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, II, IV e V.

Os enunciados I, II e III enumeram pessoas em situações que configuram – segundo o art. 3º do CC – a incapacidade absoluta. Não há dispositivo legal que submeta idosos e presos a tal limitação de capacidade.

„B” Gabarito

(Procurador do Estado/MT – FCC – 2011) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer

- (A) os menores de dezesseis anos.
- (B) os pródigos, ainda que casados.
- (C) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

- (D) os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos, ainda que casados.
- (E) os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.

A: incorreta (art. 3º, I, do CC); B: correta (art. 4º, IV, do CC); C: incorreta (art. 3º, III, do CC); D: incorreta (art. 4º, I, do CC); E: incorreta (art. 4º, I, do CC).

„B,“ o„B„D„E

(Cartório/MG – 2012 – FUMARC) Considerando o Código Civil Brasileiro, são incapazes relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer,

- (A) os pródigos; os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; os viciados em tóxicos; os ébrios habituais.
- (B) os ébrios habituais; os viciados em tóxicos; os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos; o índio.
- (C) os pródigos; o índio; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.
- (D) os excepcionais, com desenvolvimento mental completo; os pródigos; os ébrios habituais; os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

A: correta (art. 4º, IV, I e II, do CC respectivamente); B: incorreta, pois a incapacidade relativa cessa aos dezoito anos, e não aos 21 anos (art. 4º, I, do CC). No que tange ao índio, sua capacidade é regulada por lei especial (art. 4º, parágrafo único do CC). De acordo com o Estatuto do índio (Lei 6.001/1973), o índio pode ser classificado em: I) *isolado*, com nenhum ou pouco contato com a civilização; II) *em vias de integração*, com contato intermitente ou permanente com a civilização, mas mantendo parte de suas tradições e; III) *integrado*, que está incorporado à comunhão nacional e reconhecido no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conserve elementos de sua cultura. O índio integrado é plenamente capaz para atos da vida civil, enquanto o não integrado é tutelado pela FUNAI. A lei diz que os atos praticados pelos índios não integrados dependem, para serem válidos, da assistência dos agentes da FUNAI, o que daria a ideia de que são relativamente incapazes. Entretanto, a falta de assistência torna o ato nulo, e não anulável, circunstância própria dos atos praticados pelo absolutamente incapaz (E.I, art. 8º). Não será nulo o ato se o índio revelar consciência e conhecimento do ato praticado e da extensão de seus efeitos, desde que não lhe seja prejudicial (E.I, art. 8º, parágrafo único); C: incorreta, *vide* observação retro quanto aos índios e a quanto à idade (art. 4º, IV, II e I, do CC); D: incorreta, pois se consideram relativamente incapazes os excepcionais *sem* desenvolvimento mental completo (art. 4º, II, do CC).

„A,“ o„B„C„D„E

(Cartório/SP – 2011 – VUNESP) Analise as seguintes proposições a respeito da capacidade civil.

- I. A emancipação voluntária pode ser concedida pelos pais, mediante instrumento particular autêntico, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- II. São relativamente incapazes os ébrios habituais que tenham discernimento reduzido.
- III. Pessoa que sofreu grave acidente e encontra-se em coma por vários meses pode ser interditada como absolutamente incapaz.

- IV. Declarado nulo o matrimônio e reconhecido o casamento putativo em favor daquele que alcançou a capacidade por força do casamento, a emancipação continua válida e produz todos seus efeitos.

Está correto o contido apenas em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.

I: incorreta, pois a emancipação voluntária exige instrumento público (art. 5º, parágrafo único, I do CC); II: correta (art. 4º, II, do CC); III: correta (art. 3º, III, do CC); IV: correta, pois a emancipação não é afetada pelo fim do casamento, salvo em caso de invalidação deste, quanto ao que estiver de má-fé, segundo corrente majoritária.

„D,“ o„B„C„E

(Magistratura do Trabalho – 23ª Região – 2012) Com base nas disposições do Código Civil vigente analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta:

- I. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os menores de dezesseis anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- II. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham perdido, por completo, o discernimento; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; os pródigos.
- III. Dentre outras hipóteses legais, cessará, para os menores, a incapacidade: pelo casamento, se o menor tiver dezesseis anos completos; pelo exercício de emprego público efetivo ou temporário, mas que garanta economia própria ao menor; pela colação de grau em curso de ensino superior ou curso técnico profissionalizante de segundo grau; pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- IV. A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva. Pode ser decretada a ausência presumida de alguém, sem declaração de sua morte, no caso de restar desaparecido em campanha ou feito prisioneiro e não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- V. Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

- (A) Apenas as proposições I e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- (B) Apenas as proposições I, III e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- (C) Apenas as proposições III e V estão corretas e as demais incorretas.
- (D) Todas as proposições estão corretas.
- (E) Apenas as proposições II, III e V estão corretas e as demais estão incorretas.

I: correta, pois de pleno acordo com as hipóteses de incapacidade previstas no art. 3º do CC; II: incorreta, pois aqueles que “por deficiência mental, tenham perdido, por completo o discernimento” são considerados absolutamente incapazes (CC, art. 3º); III: incorreta, pois apenas a colação de grau em “curso superior” é que confere capacidade ao menor, não sendo apto para tanto o “curso técnico profissionalizante de segundo grau”; IV: incorreta, pois o que se presume é a morte, sem a declaração de ausência (CC, art. 7º); V: correta, pois a assertiva refere-se à comoriência, prevista no art. 8º do CC.

„Gabartio “A”

(Magistratura do Trabalho – 2ª Região – 2012) Quanto à capacidade civil, conforme previsão do Código Civil é correto afirmar que:

- (A) Os menores de 18 anos são absolutamente incapazes para exercer pessoalmente qualquer ato da vida civil.
- (B) Os pródigos são relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de exercê-los.
- (C) São relativamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (D) Os menores de 16 anos podem contratar, sem que haja vício de vontade.
- (E) A disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, depende da regulamentação por lei complementar para ser válida.

A: incorreta, pois a partir dos dezesseis anos de idade a pessoa passa natural passa a ostentar a condição de relativamente incapaz, o que lhe permitirá praticar – com a devida assistência – atos da vida civil (CC, art. 4º). Ademais, a partir dos dezesseis anos a pessoa é plenamente capaz para – sem assistência – testar (CC, art. 1.860 parágrafo único); B: correta, pois de pleno acordo com o art. 4º, IV do Código Civil; C: incorreta, pois nessa hipótese a incapacidade é absoluta (CC, art. 3º, III); D: incorreta, pois os menores de dezesseis anos são absolutamente incapazes para praticar negócios jurídicos (CC, art. 3º, I); E: incorreta, pois não há exigência de Lei Complementar para tal ato.

„Gabartio “B”

(Magistratura do Trabalho – 14ª Região – 2011) Nos termos do atual Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, mas a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida.
- (B) Os menores de dezesseis anos de idade podem ser proprietários de bens móveis e imóveis.

- (C) São absolutamente incapazes para o exercício pessoal de atos da vida civil os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, os pródigos e os silvícolas, que ficarão sujeitos a regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais.
- (D) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente atos da vida civil.
- (E) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são incapazes, relativamente a certos atos, ou maneira de os exercer.

A: correta, pois o CC adotou a teoria natalista, ou seja, o ser humano só adquire personalidade quando nasce com vida, ressalvando-se, porém, alguns específicos direitos ao nascituro (CC, art. 2º); B: correta, pois todas as pessoas, inclusive os menores de 16 anos, têm capacidade de direito, ou seja, a aptidão genérica para adquirir direitos e obrigações na ordem civil (CC, art. 1º). O que lhes carece é a capacidade de fato, ou seja, a capacidade de exercer pessoalmente os atos da vida civil; C: incorreta, devendo ser assinalada – pois todas as pessoas mencionadas são relativamente incapazes (CC, art. 4º, II e IV), e não absolutamente incapazes; quanto aos índios, o Estatuto do Índio traz uma série de possibilidades, inclusive a possibilidade de o índio ser plenamente capaz, como é o caso do índio integrado (art. 4º, III, da Lei 6.001/73); D: correta, pois tal hipótese é prevista na lei como causa de absoluta incapacidade (CC, art. 3º, III); E: correta, pois de pleno acordo com o disposto no art. 4º, *caput*, e III, do CC.

„Gabartio “C”

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Julgue o seguinte item.

- (1) Com a maioria civil, adquire-se a personalidade jurídica, ou capacidade de direito, que consiste na aptidão para ser sujeito de direito na ordem civil.

1: incorreta, pois com o nascimento com vida já se adquire a *personalidade jurídica* (art. 2º do CC), que já confere à pessoa *capacidade de direito* (art. 1º do CC); com a maioria, a pessoa passa a ter também plena capacidade de fato, ou seja, capacidade de exercer pessoalmente direitos e deveres.

„Gabartio “E”

(Analista – TJ/ES – 2011 – CESPE) Julgue o seguinte item.

- (1) João formou-se em medicina aos quinze anos de idade. Nessa situação, por ser menor impúbere, o referido médico ficará impedido de exercer pessoalmente os atos de sua vida civil.

1: incorreta, pois a colação de grau em curso superior, seja qual for a idade em que essa colação se der, tem como consequência a emancipação do menor (art. 5º, p. ún., IV, do CC).

„Gabartio “E”

2.2.3. EMANCIPAÇÃO

Menor de 17 anos, por culpa, lesiona pessoa capaz, causando danos materiais. Reside com o pai e é órfão de mãe.

(Defensor Público/AM – 2013 – FCC) Considerando que o menor não é emancipado, ele

- (A) jamais responderá pelos prejuízos, por ser incapaz.
- (B) responderá subsidiariamente pela totalidade dos prejuízos, caso o pai não disponha de meios suficientes.
- (C) responderá subsidiária e equitativamente pelos prejuízos, caso o pai não disponha de meios suficientes.
- (D) responderá solidariamente pela totalidade dos prejuízos.
- (E) responderá solidária e equitativamente pelos prejuízos.

A: incorreta, pois segundo o art. 928 do CC, o incapaz pode ser responsabilizado pelos danos que causar; B: incorreta, pois segundo o parágrafo único do art. 928 do CC o incapaz responderá equitativamente pelos danos que causar, caso o responsável não possua meios de fazê-lo, não podendo privá-lo do necessário, nem as pessoas que dele dependam; C: correta, pois está em conformidade com o art. 928 do CC; D: incorreta, pois sua responsabilidade é subsidiária (não solidária) e a indenização deve ser fixada com base na equidade (não necessariamente responderá pela totalidade do prejuízo); E: incorreta, pois a responsabilidade dos incapazes é subsidiária e não solidária como apontado.

„C“ Gabarito

(Defensor Público/AM – 2013 – FCC) Considerando que o menor não é emancipado, o pai

- (A) não responderá pelos prejuízos se o filho dispuser de meios suficientes.
- (B) responderá direta e objetivamente pelos prejuízos que o filho houver causado.
- (C) responderá direta e subjetivamente pelos prejuízos que o filho houver causado.
- (D) responderá subsidiária e objetivamente pelos prejuízos que o filho houver causado.
- (E) responderá subsidiária e subjetivamente pelos prejuízos que o filho houver causado.

A responsabilidade dos pais em relação aos filhos menores que estiverem sob sua guarda ou companhia é direta e objetiva, portanto respondem mesmo que não haja culpa de sua parte, conforme arts. 932 e 933 do Código Civil. Não é demais lembrar que a responsabilidade objetiva prevista no artigo 932 é do tipo complexa - não precisa ser provada a culpa do responsável, mas deve ser provada a culpa do agente (ex: filho menor).

„B“ Gabarito

(Defensor Público/AM – 2013 – FCC) Considerando que o menor foi emancipado, por ato voluntário do pai,

- (A) o filho responderá sozinho pelos prejuízos.
- (B) pai e filho responderão solidária e equitativamente pelos prejuízos.
- (C) o pai responderá sozinho pela totalidade dos prejuízos.
- (D) pai e filho responderão solidariamente pela totalidade dos prejuízos.
- (E) o filho responderá sozinho, mas equitativamente, pelos prejuízos.

Há entendimento do STJ no sentido de que os pais continuam responsáveis pelos atos praticados pelo menor de idade emancipado voluntariamente (AgRg no Ag 1.239.557/RJ, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 09/10/2012). Também neste sentido o Enunciado 41 da I Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal dispõe que “a única hipótese em que poderá haver responsabilidade solidária do menor de 18 anos com seus pais é ter sido emancipado nos termos do art. 5º, parágrafo único, inc. I, do novo Código Civil”.

„D“ Gabarito

(Procurador do Estado/PR – UEL-COPS – 2011) Não é hipótese de cessação da incapacidade para os menores:

- (A) a concessão dos pais, se o menor tiver pelo menos 14 anos de idade;
- (B) o casamento;
- (C) o exercício de emprego público efetivo;
- (D) a existência de relação de emprego em função da qual o menor, com 16 anos de idade, tenha economia própria;
- (E) a colação de grau em curso de ensino superior.

A: correta (art. 5º, parágrafo único, I, do CC); B: incorreta (art. 5º, parágrafo único, II, do CC); C: incorreta (art. 5º, parágrafo único, III, do CC); D: incorreta (art. 5º, parágrafo único, V, do CC); E: incorreta (art. 5º, parágrafo único, IV, do CC).

„A“ Gabarito

(Analista – TRE/TO – 2011 – FCC) Marta possui dezesseis anos de idade e reside com sua mãe, Julia, já que seu pai é falecido. Julia pretende fazer cessar a incapacidade civil de Marta. Neste caso, Julia

- (A) não poderá fazê-lo uma vez que Marta possui dezesseis anos de idade.
- (B) deverá fazê-lo através de procedimento judicial adequado visando sentença proferida em juízo.
- (C) poderá fazê-lo mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- (D) poderá fazê-lo mediante instrumento público, desde que submetido à homologação judicial.
- (E) não poderá fazê-lo em razão do falecimento do pai de Marta.

A: incorreta, pois a emancipação voluntária pode ser dar a partir dos 16 anos (art. 5º, p. ún., I, do CC); B: incorreta, pois somente a emancipação de menor sob tutela depende de procedimento judicial (art. 5º, p. ún., I, do CC); C: correta, pois basta uma escritura pública para os pais (no caso a mãe, pois o pai já faleceu) emanciparem seus filhos que já tenham 16 anos (art. 5º, p. ún., I, do CC); D: incorreta, pois como visto, basta uma escritura pública; E: incorreta, pois o dispositivo legal citado deixa claro que, na falta de um dos pais, o que remanesceu poderá promover a emancipação.

„C“ Gabarito

2.2.4. AVERBAÇÕES

(Ministério Público/MG – 2012 – CONSULPLAN) Far-se-á averbação em registro público:

- (A) das sentenças declaratórias de ausência e de morte presumida.

- (B) das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal.
- (C) da emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- (D) da interdição por incapacidade absoluta ou relativa.

A: incorreta, pois a hipótese é de registro e não de averbação, conforme art. 9º, IV do Código Civil; **B:** correta, pois de acordo com o art. 10, I do Código Civil; **C:** incorreta, pois é hipótese de registro e não de averbação, conforme art. 9º, II do CC; **D:** incorreta, pois a hipótese é de registro e não de averbação, conforme art. 9º, III do Código Civil.

„B“ Gabarito

(Cartório/MG – 2012 – FUMARC) Considerando o Código Civil Brasileiro, serão registrados em registro público

- (A) os nascimentos e a sentença declaratória de ausência.
- (B) os casamentos e as sentenças que decretarem o divórcio.
- (C) as sentenças que decretarem a anulação do casamento e os nascimentos.
- (D) os atos judiciais que reconhecerem a filiação e a sentença declaratória de ausência.

A: correta (art. 9º, I e IV, do CC). As demais alternativas estão incorretas, haja vista que tanto a sentença que decreta o divórcio, como aquela que decreta a anulação de casamento, como os atos judiciais que reconhecem a filiação são passíveis de averbação, nos termos dos arts. 10, I, do CC.

„A“ Gabarito

2.3. PESSOAS JURÍDICAS

(Defensor Público/SE – 2012 – CESPE) Com relação às pessoas jurídicas de direito privado, assinale a opção correta.

- (A) Se for coletiva a administração das referidas pessoas jurídicas, as decisões devem ser tomadas pela maioria de votos dos presentes, ainda que o ato constitutivo disponha de modo diverso.
- (B) O direito de anular a constituição da pessoa jurídica de direito privado por defeito do ato constitutivo decai no prazo de cinco anos, contado da publicação do ato de inscrição no órgão competente.
- (C) De acordo com a doutrina, os partidos políticos, por funcionarem e por serem organizados conforme o disposto em lei específica, não são considerados pessoas jurídicas de direito privado.
- (D) As pessoas jurídicas podem ser titulares de direitos da personalidade.
- (E) A existência legal dessas pessoas jurídicas inicia-se com a inscrição do seu ato constitutivo na junta comercial, vedada a exigência de registro, autorização ou aprovação do poder público.

A: incorreta. Quando for coletiva a administração da pessoa jurídica, as decisões serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso (art. 48 do CC); **B:** incorreta. O prazo decadencial é de três anos (art. 45, parágrafo único, do CC); **C:** incorreta. O Código Civil inseriu os partidos políticos no rol de pessoas jurídicas de direito privado do artigo 44; **D:** correta. Conforme o art. 52 do Código Civil, “aplicar-se-á no que couber, a proteção dos direitos da personalidade à pessoa jurídica”. Este também é o entendimento majoritário na doutrina e na jurisprudência do STJ; **E:** incorreta. A existência legal da pessoa jurídica de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo (art. 45 do CC). Nas juntas comerciais devem ser registrados os contratos sociais das sociedades empresárias.

„D“ Gabarito

(Defensor Público/RS – 2011 – FCC) Pessoas jurídicas de direito privado, seu processo de personificação e desconsideração de sua personalidade jurídica.

- (A) Não se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.
- (B) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, sendo exigível, em regra, autorização estatal para a sua criação e personificação.
- (C) Nos termos do Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica exige a comprovação de fraude ou abuso de direito, sendo prescindível, nesses casos, a demonstração de insolvência da pessoa jurídica, mas necessária a prova da má-fé do sócio gestor.
- (D) É cabível a desconsideração da personalidade jurídica “inversa”, visando a alcançar bens de sócio que se valeu da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo a terceiros.
- (E) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica não alcança as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou de fins não econômicos.

A: incorreta. Às pessoas jurídicas aplica-se, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade (art. 52 do CC); **B:** incorreta. A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, mas, em regra, não é exigível autorização estatal para sua criação (art. 45 do CC); **C:** incorreta. Não é necessária a prova de fraude nem de má-fé do sócio-gestor para que seja decretada a desconsideração. Nos termos do art. 50 do CC é necessário que ocorra abuso da personalidade, caracterizado quando há desvio de finalidade (hipótese em que a entidade pratica atos outros que não correspondem ao objeto de sua atividade) ou confusão patrimonial (situação na qual, no plano dos fatos, não há separação entre o patrimônio do sócio e o da pessoa jurídica); **D:** correta. Nos termos do Enunciado 283 da IV Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, “é cabível a desconsideração da personalidade denominada inversa para alcançar bens de sócio que se valeu da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo de terceiros”; **E:** incorreta; de acordo com o Enunciado 284 da mesma Jornada: “As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou de fins não econômicos estão abrangidas no conceito de abuso da personalidade jurídica”.

„D“ Gabarito

(Cartório/SP – 2011 – VUNESP) Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

- (A) A fundação pode ser criada por ato intervivos, mediante instrumento particular autêntico, com assinatura de duas testemunhas, ou por testamento.
- (B) Segundo orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor adotou a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, admitindo responsabilização dos sócios sempre que a personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- (C) É possível criar fundação com finalidade político-partidária.
- (D) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é fundada no risco integral, não admitindo excludentes de caso fortuito/força maior ou culpa da vítima.

A: incorreta (art. 62 CC); **B:** correta, pois de fato o Superior Tribunal de Justiça vem adotando esse posicionamento no que tange ao art. 28 do CDC, como é possível se verificar seguintes julgados: REsp 1.096.604/DF, rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4.ª T., j. 02.08.2012, DJe 16.10.2012; AgRg no Ag 1.342.443/PR, rel. Min. Massami Uyeda, 3.ª T., j. 15.05.2012, DJe 24.05.2012.; REsp 1.267.232/PR, rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2.ª T., j. 01.09.2011, DJe 08.09.2011). A teoria menor da desconsideração traz um facilitador para que o “manto” da pessoa jurídica seja retirado, uma vez que há requisitos menos rígidos para que isso ocorra. Exige-se apenas a dificuldade de penhorar bens do fornecedor, não sendo necessário comprovar fatos adicionais, como abuso de personalidade, confusão patrimonial, dentre outros, como se dá no âmbito de uma relação regida pelo Código Civil. Neste sentido, vide Enunciado 50 do CJF; **C:** incorreta (art. 62, parágrafo único, CC e Enunciado 8 CJF); **D:** incorreta, pois o Direito Brasileiro não adotou a teoria do risco integral no que tange a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público interno. A teoria adotada foi a do risco administrativo. Essa teoria baseia-se no risco inerente da atividade administrativa, sendo seus pressupostos: a) existência de um ato ou fato administrativo; b) dano; c)nexo de causalidade. Admite-se ainda formas de exclusão da responsabilidade do Estado, como a culpa exclusiva da vítima, ausência de nexo de causalidade, caso fortuito e força maior (art. 37, § 6º CF e art. 43 CC).

„B“ Gabarito 1E

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Julgue o seguinte item.

- (1) A sociedade de fato, ou irregular, na medida em que celebra negócios jurídicos para a consecução de seus fins sociais, torna-se sujeito de direito, adquirindo, com isso, personalidade jurídica.

1: incorreta, pois a personalidade jurídica de uma pessoa jurídica só nasce com a inscrição de seus atos constitutivos no respectivo registro (art. 45 do CC).

1E Gabarito

(Analista – TJ/ES – 2011 – CESPE) Julgue o seguinte item.

- (1) De acordo com a sistemática adotada pelo Código Civil, a personalidade da pessoa natural tem início com o nascimento com vida. Por outro

lado, no que tange às pessoas jurídicas de direito privado, em especial as sociedades, a personalidade tem início com a formalização de seus atos constitutivos, mediante a assinatura do contrato social pelos seus sócios ou fundadores.

1: incorreta, pois, no caso das pessoas jurídicas, a personalidade tem início com a inscrição (o registro) dos atos constitutivos no respectivo Registro Público (art. 45 do CC).

1E Gabarito

2.3.1. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

(Magistratura/DF – 2011) Verificado abuso da personalidade jurídica, a requerimento da parte ou do Ministério Público nos casos em que o Parquet deve intervir, o juiz pode decidir no sentido de que “os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica”. Assim, considere as proposições abaixo e assinale a incorreta:

- (A) O encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica, por si só, não basta para caracterizar abuso de personalidade jurídica;
- (B) A aplicação da teoria da desconsideração, descrita no artigo 50 do atual Código Civil, impede a demonstração de insolvência da pessoa jurídica;
- (C) As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou de fins não econômicos estão abrangidas no conceito de abuso da personalidade jurídica;
- (D) A teoria da desconsideração, prevista no artigo 50 do vigente Código Civil, pode ser invocada pela pessoa jurídica em seu favor.

A: correta, pois reproduz o texto do Enunciado CJF 282; **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a aplicação da teoria da desconsideração PRESCINDE (= não precisa) da demonstração de insolvência da pessoa jurídica, conforme o Enunciado CJF 281; **C:** correta, pois reproduz o texto do Enunciado CJF 284; **D:** correta, pois reproduz o texto do Enunciado CJF 285.

„B“ Gabarito

(Magistratura/RJ – 2011 – VUNESP) Para ser reconhecida a desconsideração da personalidade jurídica, no Código Civil, é necessário:

- (A) abuso da pessoa jurídica, mediante sua utilização por dolo do titular da empresa, caracterizado pela má administração.
- (B) abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- (C) abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade e pela confusão patrimonial.
- (D) negligência dos administradores, mesmo quando não exerçam o cargo de diretores, caracterizando-se no desvio de finalidade.

A: incorreta, pois a má administração por si só não é – para a letra da lei – motivo suficiente para se aplicar a desconsideração da personalidade jurídica; **B:** correta, pois a conjunção alternativa “ou” é a mesma utilizada no art. 50 do Código Civil, a demonstrar que não se exige cumulação das hipóteses para aplicação da teoria da desconsideração; **C:** incorreta, pois a conjunção aditiva “e” não se adéqua à redação do art. 50; **D:** incorreta, pois a negligência dos administradores não se confunde com o desvio da finalidade da pessoa jurídica.

„B” Gabarito

(Procurador do Estado/AC – FMP – 2012) Assinale a alternativa CORRETA.

- (A)** Com a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, na sistemática do Código Civil em vigor, os atos praticados pela empresa (nos casos de abuso da personalidade jurídica, caracterizada pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial) são considerados inválidos.
- (B)** A teoria da desconsideração da personalidade jurídica não pode, em nenhuma hipótese, ser alegada pela pessoa jurídica em seu favor, contra os atos de seus administradores.
- (C)** A teoria da desconsideração da personalidade jurídica, prevista no art. 50 do CC, é a chamada teoria menor da *disregard doctrine*, que reclama mera demonstração de insolvência da empresa no cumprimento de suas obrigações.
- (D)** No campo da *disregard doctrine*, diz-se que a previsão da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, prevista no Código Civil, manteve os demais microsistemas relacionados à matéria.

A: incorreta, pois a aplicação da teoria da desconsideração tem por finalidade a declaração de ineficácia da personalidade jurídica, a fim de ser atingido o patrimônio dos sócios (art. 50, do CC); **B:** incorreta, pois a doutrina entende ser possível que a desconsideração seja invocada pela pessoa jurídica em seu favor, e não apenas pelo Ministério Público ou pelo credor da obrigação (Wander Garcia, **Super-Revisão**, Editora Foco); **C:** incorreta, pois o Código Civil adotou a teoria maior (necessidade de configurar o abuso de personalidade, pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial) e não a menor (dispensa a demonstração da fraude ou abuso), adotada pelo CDC e pela Lei dos Crimes Ambientais; **D:** correta (art. 50, do CC).

„D” Gabarito

(Magistratura Federal-5ª Região – 2011) A respeito da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

- (A)** Pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos não são atingidas pela referida teoria.
- (B)** É possível que a própria pessoa jurídica invoque em seu favor a teoria da desconsideração.
- (C)** O encerramento irregular da pessoa jurídica basta para caracterizar o abuso da personalidade jurídica.
- (D)** Para a aplicação dessa teoria, é crucial que se comprove a insolvência da pessoa jurídica.

- (E)** Por ser necessariamente interpretada de forma estrita, essa teoria não é admitida na forma inversa.

A: incorreta, pois pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou de fins não econômicos estão abrangidas no conceito de abuso da personalidade jurídica (Enunciado CJF 284); **B:** correta, pois reproduz o texto do Enunciado CJF 285; **C:** incorreta, pois o encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica, por si só, não basta para caracterizar o abuso da personalidade jurídica (Enunciado CJF 282); **D:** incorreta, pois a aplicação da teoria da desconsideração não requer a demonstração de insolvência da pessoa jurídica (Enunciado CJF 281); **E:** incorreta, pois é cabível a desconsideração da personalidade jurídica denominada “inversa” para alcançar bens de sócio que se valeu da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo a terceiros (Enunciado CJF 283).

„B” Gabarito

(Analista – TJ/ES – 2011 – CESPE) Julgue o seguinte item.

- (1)** Nos autos de um processo judicial, restou devidamente comprovado o abuso da personalidade jurídica. Nessa situação, poderá o juiz, independentemente de requerimento da parte, decidir pela aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.

1: incorreta, pois, de acordo com o art. 50 do CC, o juiz pode decretar a desconsideração da personalidade jurídica “a requerimento da parte, ou do Ministério Público”, de modo que é incorreto dizer que o juiz poderá fazê-lo independentemente de requerimento da parte.

„1” Gabarito

2.3.2. CLASSIFICAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS

(Magistratura/PE – 2013 – FCC) São pessoas jurídicas de direito privado, segundo o Código Civil,

- (A)** os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- (B)** as fundações e os condomínios em edificação.
- (C)** as pessoas jurídicas que forem regidas pelo direito internacional público, quando as respectivas sedes se acharem em países estrangeiros.
- (D)** as associações, inclusive as associações públicas, em razão da atividade que exercerem.
- (E)** as organizações religiosas e as autarquias.

A: correta, pois de pleno acordo com o disposto no art. 44 do Código Civil; **B:** incorreta, pois os condomínios edilícios não apresentam natureza de pessoa jurídica, constituindo um exemplo de ente despersonalizado; **C:** incorreta, pois o art. 42 do CC define tais pessoas como pessoas jurídicas de direito público; **D** e **E:** incorretas, pois as associações públicas e as autarquias não são pessoas jurídicas de direito privado, mas sim pessoas jurídicas de direito público interno (art. 41, IV, do CC).

„A” Gabarito

(Procurador/DF – 2013 – CESPE) Com relação às pessoas jurídicas, julgue o item que se segue.

- (1)** Aquele que emprestar dinheiro a uma sociedade limitada com capital integralizado estará garantido pelo patrimônio da pessoa jurídica e dos

sócios, que responderão de forma subsidiária. Como forma de resguardar o direito do empregador, a lei pertinente prevê que essa garantia não comportará excepcionalidades.

1: Errada: há uma clara distinção entre o patrimônio da pessoa jurídica e o patrimônio dos sócios. Quem responde pelas dívidas e obrigações da pessoa jurídica é o patrimônio da empresa e não o patrimônio dos sócios (art. 47, CC), ressalvada a hipótese da desconsideração da personalidade jurídica, aplicável para casos excepcionais, nos quais ocorre abuso da personalidade jurídica, normalmente caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial (art. 50, CC).

Gabário TE

(Procurador do Município/Sorocaba-SP – 2012 – VUNESP) São pessoas jurídicas de direito público interno:

- (A) os Estados; os partidos políticos.
- (B) a União; as organizações religiosas.
- (C) as entidades de caráter público, criadas por lei.
- (D) a União; os Estados regidos pelo direito internacional público.
- (E) os Municípios; as Autarquias, inclusive as associações públicas.

A: incorreta, pois os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado (art. 44, V, do CC); **B:** incorreta, já que as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado (art. 44, IV, do CC); **C:** incorreta, pois a expressão “entidades de caráter público” é muito ampla e pode abranger entidades criadas pelo Estado que não realizam atividades típicas de Estado; **D:** incorreta, pois os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público são pessoas jurídicas de direito público externo (art. 42, do CC); **E:** correta (art. 41, III e IV, do CC).

Gabário TE

(Cartório/MG – 2012 – FUMARC) De acordo com o Código Civil Brasileiro, são consideradas pessoas jurídicas de direito público interno

- (A) as autarquias.
- (B) as fundações.
- (C) as organizações religiosas.
- (D) as pessoas regidas pelo direito internacional público.

A: correta (art. 41, IV, do CC); **B e C:** incorretas, pois as fundações e organizações religiosas são consideradas pessoas jurídicas de direito privado (art. 44, III e IV, do CC); **D:** incorreta, pois as pessoas regidas pelo direito internacional público são consideradas pessoas jurídicas de direito público externo (art. 42 do CC).

Gabário TE

(Magistratura do Trabalho – 2ª Região – 2011) Assinale a alternativa incorreta, observados os termos do Código Civil:

- (A) As pessoas jurídicas são de direito público externo e interno e de direito privado.
- (B) As associações, as sociedades e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado.

- (C) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (D) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias, e as associações públicas são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (E) Os estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público são pessoas jurídicas de direito público externo.

A: correta (art. 40 do CC); **B:** correta (art. 44, I, II e IV, do CC); **C:** incorreta, devendo ser assinalada; os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado (art. 44, V, do CC); **D:** correta (art. 41, I a IV, do CC); **E:** correta (art. 42 do CC).

Gabário TE

(Analista – TRE/AP – 2011 – FCC) Considere as seguintes entidades com abrangência nacional:

- I. Igreja São Marcos Divino.
- II. Associação Pública “Venceremos”.
- III. Partido Político ABC.
- IV. Autarquia XYZ.

Neste caso, são pessoas jurídicas de direito público interno, SOMENTE

- (A) III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

São pessoas jurídicas de direito público interno os entes políticos, as autarquias (inclusive as associações públicas) e as demais entidades de caráter público criadas por lei (art. 41 do CC). Assim, somente a “Associação Pública Venceremos” (II) e a “Autarquia XYZ” (IV) são pessoas de direito público interno. Aproveitando o ensejo, vale lembrar que são pessoas jurídicas de direito privado as seguintes (art. 44 do CC): a) as associações; b) as sociedades; c) as fundações; d) as organizações religiosas; e) os partidos políticos; f) as empresas individuais de responsabilidade limitada (esta foi introduzida pela Lei 12.441/11).

Gabário TE

2.3.3. FUNDAÇÕES

(Ministério Público/MG – 2011) Quanto à possibilidade de alteração do estatuto de uma fundação de direito privado, é **CORRETO** afirmar que

- (A) deverá ser deliberada por, no mínimo, três quintos dos competentes para gerir e representar a fundação.
- (B) não poderá contrariar ou desvirtuar a finalidade para a qual foi constituída.
- (C) deverá ser homologada pelo Poder Judiciário, ouvido o órgão do Ministério Público.
- (D) quando não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto à homologação pelo Poder Judiciário, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em 10 (dez) dias.

A: incorreta, pois o quórum para tal aprovação é de dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação (CC, art. 67, I); **B:** correta, pois a finalidade da fundação – tendo em vista seu viés público – não pode ser alterada; **C:** incorreta, pois não há necessidade de homologação judicial, mas apenas aprovação pelo Ministério Público; **D:** incorreta, pois a homologação ocorre perante o MP e não perante o Poder Judiciário (CC, art. 67).

„B„ Gabário

(Ministério Público/PR – 2011) Acerca das fundações, assinale a alternativa correta:

- (A) tratando-se de fundação instituída mediante testamento, a incumbência de elaborar os estatutos respectivos será sempre do Ministério Público, salvo se o próprio instituidor já os tiver elaborado.
- (B) o veto do Ministério Público a uma alteração que tenha sido realizada no estatuto de uma fundação somente admitirá suprimento judicial se a decisão houver sido tomada pela unanimidade dos administradores da fundação.
- (C) ao Ministério Público Federal cabe, com exclusividade, velar por todas as fundações que funcionarem no Distrito Federal ou em mais de um Estado-membro.
- (D) constatando o desvio de finalidade por parte da fundação, deverá o Ministério Público promover sua extinção, sendo que o patrimônio da fundação extinta será sempre atribuído ao Estado-membro em que ela tiver sua sede.
- (E) a fundação pode ser constituída por prazo determinado, sendo que, vencido tal prazo, terá o Ministério Público a legitimidade para lhe promover a extinção.

A: incorreta, pois o estatuto será elaborado por aquele a quem o instituidor cometer a aplicação do patrimônio. Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público (art. 65 do CC); **B:** incorreta, pois caso o Ministério Público denegue a alteração, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado mesmo que a alteração não tenha sido aprovada por unanimidade (art. 67, III, do CC); **C:** incorreta, pois se a fundação estender a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público (art. 66, § 2º, do CC); **D:** incorreta, pois caso se torne ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, **incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante** (art. 69 do CC); **E:** correta, conforme justificativa à alternativa anterior.

„E„ Gabário

(Cartório/SP – 2011 – VUNESP) Assinale a alternativa correta a respeito das fundações.

- (A) Para criar uma fundação, o seu instituidor deverá lavrar escritura pública, vedado o testamento.
- (B) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, é mister que a reforma seja deliberada por unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação.

- (C) A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- (D) Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado, mesmo se funcionarem no Distrito Federal ou em território.

A: incorreta (art. 62 do CC); **B:** incorreta (art. 67, I, do CC); **C:** correta (art. 62 parágrafo único, e Enunciado 8 do CJF); **D:** incorreta (art. 66, § 1º, do CC).

„C„ Gabário

2.3.4. ASSOCIAÇÕES

(Magistratura/RO – 2011 – PUCPR) Acerca das pessoas jurídicas, assinale a única alternativa **CORRETA**.

- (A) As associações se organizam para fins não econômicos, estabelecendo em seus estatutos, entre outros, os direitos e deveres dos associados e direitos e deveres recíprocos entre a pessoa dos associados.
- (B) As pessoas jurídicas elencadas no Código Civil são de direito público, interno ou externo, e de direito privado. Entre elas encontram-se as organizações religiosas.
- (C) Para alterar estatuto da fundação, a reforma deverá ser deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representá-la. Se aprovada por quatro quintos, em face da ampla maioria, ao submeter o estatuto ao órgão do Ministério Público, é desnecessário o requerimento de ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser.
- (D) O prazo para anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, decai em dois anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- (E) Os associados devem ter iguais direitos, vedado ao estatuto da associação instituir categorias com vantagens especiais.

A: incorreta, pois nas associações não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos (art. 53, par. único, do CC); **B:** correta, pois a alternativa reflete o disposto nos arts. 40 e 44, IV, do CC; **C:** incorreta, pois quando a alteração não houver sido aprovada por **votação unânime**, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias (art. 68 do CC); **D:** incorreta, pois decai em **três anos** o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro (art. 45, par. único, do CC); **E:** incorreta, pois embora os associados devam ter iguais direitos, o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais (art. 55 do CC).

„B„ Gabário

(Defensor Público/ES – 2012 – CESPE) Com relação aos administradores das associações e da capacidade da pessoa natural, julgue os itens a seguir.

- (1) De acordo com a lei, deve ser de grau elevado a insanidade que enseje a interdição e a possibilidade de anulação dos atos praticados anteriormente.

- (2) Nas associações, não há responsabilidade solidária entre os administradores, de forma que um não responde pelos atos praticados por outro.

1: incorreta, pois pode ser interdita a pessoa com qualquer grau de insanidade, desde que reduza (incapacidade relativa) ou retire por completo (incapacidade absoluta) o discernimento da pessoa. Além disso, em regra, a interdição produz efeitos *ex nunc*, não retroagindo para invalidar atos pretéritos; 2: correta, pois não há entre os associados, obrigações ou direitos recíprocos, conforme art. 53, parágrafo único, do CC.

Gabarrão TE, 2C

(Analista – TRT/14ª – 2011 – FCC) No que concerne às associações, a convocação dos órgãos deliberativas far-se-á na forma do estatuto, garantido o direito de promovê-la a

- (A) 1/8 dos associados.
 (B) 1/6 dos associados.
 (C) 1/5 dos associados.
 (D) qualquer associado individualmente.
 (E) qualquer interessado.

1: correta – Art. 60 do CC.

Gabarrão "C"

2.3.5. TEMAS COMBINADOS DE PESSOA JURÍDICA

(Magistratura/BA – 2012 – CESPE) A respeito das pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- (A) A quebra de *affectio societatis* mostra-se causa suficiente à exclusão de sócio minoritário.
 (B) As novas disposições sobre a desconsideração da personalidade jurídica constantes no Código Civil implicaram mudança nas disposições relativas a essa matéria constantes no CDC.
 (C) A fundação constituída *inter vivos* será extinta se o instituidor não lhe transferir a propriedade do bem dotado.
 (D) Na transformação, é extinta a personalidade anterior à alteração para o novo modelo societário.
 (E) Na interpretação das normas relativas à empresa, deve-se considerar o princípio da função social.

A: incorreta, pois a exclusão do sócio minoritário exige outros requisitos que não apenas a quebra da "*affectio societatis*"; B: incorreta, pois a aplicação do art. 28 do CDC é paralela e não conflitante com a do CC, tendo em vista seu específico campo de atuação nas relações consumeristas; C: incorreta, pois segundo o art. 64 do Código Civil o instituidor é obrigado a transferir a propriedade dos bens dotados e – caso não o faça – mandado judicial determinará que o seja feito; D: incorreta, pois na transformação não se extingue a personalidade da pessoa jurídica, alterando-se apenas o tipo societário (Lei 6.404, art. 220); E: correta, pois a função social é vetor interpretativo de toda legislação, especialmente no campo empresarial, tendo em vista o alcance e a repercussão econômica da empresa no contexto social.

Gabarrão "E"

(Magistratura/PB – 2011 – CESPE) A respeito das pessoas naturais e das pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- (A) O Código Civil não prevê hipótese de convalescência de defeitos relativos ao ato de constituição de pessoa jurídica de direito privado.
 (B) De acordo com o que dispõe o Código Civil, se a administração da pessoa jurídica vier a faltar por ato voluntário ou involuntário do administrador, o juiz deverá nomear, de ofício, administrador provisório.
 (C) Para a aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica, é imprescindível a demonstração de insolvência da pessoa jurídica.
 (D) O menor relativamente incapaz pode aceitar mandato, independentemente da presença de assistente.
 (E) Não se admite a invalidação de negócios jurídicos praticados pela pessoa antes de sua interdição.

A: incorreta, pois "decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro" (art. 45, p. ún., do CC); dessa forma, passados os três anos, há convalescência dos defeitos; B: incorreta, pois o juiz, a requerimento de qualquer interessado (e não de ofício), nomeará administrador provisório (art. 49 do CC); C: incorreta, pois a aplicação da teoria da desconsideração, descrita no art. 50 do Código Civil, prescinde da demonstração de insolvência da pessoa jurídica (Enunciado CJF 281); D: correta (art. 666 do CC); E: incorreta, pois é admitida a invalidação de negócios jurídicos praticados por incapaz antes de sua interdição; porém, será necessário demonstrar que a incapacidade existia ao tempo do negócio; já os negócios praticados pelo incapaz após a interdição são automaticamente nulos, independentemente de demonstração da persistência da incapacidade.

Gabarrão "D"

(Procurador do Estado/MT – FCC – 2011) O registro da pessoa jurídica no órgão competente tem eficácia

- (A) resolutive.
 (B) declaratória.
 (C) rescisória.
 (D) discriminatória.
 (E) constitutiva.

O registro da pessoa jurídica no órgão competente tem eficácia constitutiva, conforme dispõe o art. 45, do CC.

Gabarrão "E"

(Procurador do Estado/RO – 2011 – FCC) A eficácia do registro da pessoa jurídica é

- (A) declaratória.
 (B) constitutiva.
 (C) resolutive.
 (D) suspensiva.
 (E) devolutiva.

A eficácia do registro da pessoa jurídica, segundo dispõe o art. 45 do CC, é constitutiva. Ou seja, o início da personalidade jurídica da pessoa jurídica de direito privado se dá com o registro.

Gabarrão "B"

(Magistratura do Trabalho – 23ª Região – 2012)

Com base nas disposições do Código Civil vigente analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta:

- I. São pessoas jurídicas de direito público interno: a União; os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; os Municípios; as autarquias, inclusive as associações públicas; as fundações e empresas públicas; e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- II. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, independentemente de requerimento da parte, e ouvido o Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- III. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins lícitos, econômicos ou não, surgindo entre os associados direitos e obrigações recíprocos a partir da constituição da associação.
- IV. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. A fundação poderá constituir-se para quaisquer fins lícitos, devendo ser incentivada pelo Estado a instituição daquelas criadas para fins morais, culturais ou de assistência.
- V. São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
 - (A) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas e as demais estão incorretas.
 - (B) Apenas as proposições I, II e V estão corretas e as demais estão incorretas.
 - (C) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas e as demais estão incorretas.
 - (D) Apenas as proposições I e V estão corretas e as demais estão incorretas.
 - (E) Apenas a proposição V está correta e as demais estão incorretas.

I: incorreta, pois fundações e empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado (CC, art. 41); II: incorreta, pois o juiz não pode decretar a desconsideração da personalidade jurídica de ofício, mas apenas mediante requerimento da parte (CC, art. 50); III: incorreta, pois as associações não tem fim econômico (CC, art. 53); IV: incorreta, pois "A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência" (CC, art. 62, parágrafo único); V: correta, pois de pleno acordo com a enumeração estabelecida no art. 42 do CC.

„Gabarito“ „E“

(Magistratura do Trabalho – 15ª Região – 2012) Analise as proposições abaixo e, após, responda:

- I. O cônjuge do ausente, regularmente casado sob o regime da comunhão universal, separado de fato por menos de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- II. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos de seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, somente se houver, por parte destes, dolo.
- III. São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas, que forem regidas pelo direito internacional público e privado.
- IV. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- V. Consideram-se imóveis para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.
 - (A) As questões I, IV e V são verdadeiras.
 - (B) As questões I, II e III são falsas.
 - (C) As questões II, III e IV são falsas.
 - (D) Somente a questão V é verdadeira.
 - (E) Todas as questões são falsas.

I: correta, pois o cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador (CC, art. 25); II: incorreta, pois referido direito regressivo também existe na hipótese de culpa do agente (CC, art. 43); III: incorreta, pois "São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público" (CC, art. 42) IV: correta, pois de pleno acordo com o art. 45, parágrafo único; V: correta, pois este específico direito foi elevado à categoria de bem imóvel pelo art. 80, II.

„Gabarito“ „A“

(Magistratura do Trabalho – 15ª Região – 2012) Analise as seguintes assertivas, assinalando, após, a alternativa correta:

- I. Uma fundação só poderá ser criada, pelo seu instituidor, através de escritura pública, e este deverá especificar o fim a que se destina, declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- II. Para que se possa alterar estatuto da fundação é mister que a reforma, além de outros requisitos, seja deliberada por metade dos componentes para gerir e representar a fundação.
- III. As associações públicas, à vista do direito civil, são consideradas pessoas jurídicas de direito privado e as autarquias pessoas jurídicas de direito público interno.
- IV. À luz do Código Civil Brasileiro, o domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediata-

mente subordinado; o no marítimo, onde o navio estiver matriculado; e do preso, o lugar em que cumprir a sentença.

V. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

- (A) Apenas a assertiva II está correta.
- (B) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

I: incorreta, pois o testamento também é meio hábil para se constituir uma fundação (CC, art. 62); **II:** incorreta, pois o *quorum* para esta referida alteração é de dois terços (CC, art. 67, I); **III:** incorreta, pois as associações públicas são consideradas pessoas jurídicas de direito público interno (CC, art. 41, IV); **IV:** correta, pois de acordo com o disposto no art. 76, parágrafo único, do CC; **V:** correta, pois de pleno acordo com o art. 108 do CC.

„C„ Gabarito

(Magistratura do Trabalho – 2ª Região – 2012) Em se tratando de pessoa jurídica, assinale a alternativa correta:

- (A) A decretação da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica pressupõe a existência de fraudes a credores.
- (B) A pessoa jurídica tem direito a pleitear reparação por danos morais.
- (C) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- (D) A pessoa jurídica de direito privado adquire a sua personalidade jurídica mediante a assinatura do contrato social.
- (E) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis somente por determinação da lei.

A: incorreta, pois a desconsideração da personalidade jurídica pode ser decretada em outras hipóteses, havendo solução específica para a fraude contra credores; **B:** correta, pois há direitos da personalidade que naturalmente se estendem à Pessoa Jurídica, como, por exemplo, a imagem, honra objetiva, nome etc. Eventual violação contra tais direitos enseja reparação por dano moral (STJ, Súmula 227); **C:** incorreta, pois os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado (CC, art. 44); **D:** incorreta, pois a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro (CC, art. 45); **E:** incorreta, pois os bens divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou pela vontade das partes (CC, art. 88).

„B„ Gabarito

(Magistratura do Trabalho – 2ª Região – 2012) À luz do Código Civil, sobre as pessoas jurídicas, é correto afirmar que:

- (A) Nas pessoas jurídicas constituídas sob a forma de associações, não há entre os associados direitos e obrigações recíprocas.

(B) Decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do respectivo ato, contado o prazo da data da sua inscrição no registro.

(C) A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica implica na sua despersonalização para todo e qualquer fim.

(D) A desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica gera responsabilização patrimonial dos administradores, jamais estendendo os efeitos das obrigações da pessoa jurídica ao patrimônio dos sócios não administradores.

(E) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos de seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvando direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte deles, apenas dolo.

A: correta, pois de pleno acordo com o art. 53, parágrafo único, do Código Civil; **B:** incorreta, pois referido prazo é decadencial de três anos (CC, art. 45, parágrafo único); **C:** incorreta, pois o juiz pode determinar que apenas os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica (CC, art. 50); **D:** incorreta, pois tanto o CC (art. 50), quanto o CDC (art. 28) admitem a possibilidade de que a responsabilidade recaia sobre bens dos sócios, ainda que não sejam administradores; **E:** incorreta, pois não apenas o dolo, mas também a culpa dos agentes admite a ação regressiva da pessoa jurídica de direito público (CC, art. 43).

„A„ Gabarito

(Magistratura do Trabalho – 8ª Região – 2011) Marque a alternativa CORRETA:

(A) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória do ausente só produzirá efeito cento e vinte dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se fosse falecido.

(B) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até três anos após o término da guerra.

(C) Prescreve em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro próprio.

(D) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

(E) São livres a criação, a organização e a estruturação interna das organizações religiosas, dependendo seu funcionamento de autorização pelo poder público, com o posterior registro dos atos constitutivos.

A: incorreta. A sucessão provisória é uma das fases do longo processo de ausência, cujo objetivo é determinar a morte presumida

da pessoa que sumiu. O art. 28 do CC determina que a sentença que determina a abertura desta fase só passe a produzir efeitos após transcorrido o prazo de 180 dias a contar da publicação; **B**: incorreta, pois o Código Civil determina que – nesse caso – o prazo é de 2 anos (CC, art. 7º, II); **C**: incorreta, pois a natureza deste prazo – assim como em todas as hipóteses de anulabilidade – é de decadência e não de prescrição (CC, art. 45, parágrafo único); **D**: correta, pois de pleno acordo com o disposto no art. 64 do CC; **E**: incorreta, pois é vedado ao Poder Público negar conhecimento ou registro dos atos constitutivos das organizações religiosas (CC, art. 44, § 1º).

„D” Gabarito

(Magistratura do Trabalho – 14ª Região – 2011) Analise as afirmações sobre pessoas jurídicas e, ao final, responda.

- I. O Código Civil considera como pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal, os territórios, os Municípios, as autarquias, as fundações e os partidos políticos.
 - II. As associações constituem-se pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos e não há, entre os associados direitos e obrigações recíprocos. Entretanto, os associados devem ter direitos iguais, não podendo os estatutos instituir categorias econômicas com vantagens especiais.
 - III. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao funcionamento, pelas normas do Código Civil.
 - IV. Com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado. Quando necessário, a referida inscrição será precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
 - V. O domicílio da pessoa jurídica de direito privado que possua administração ou diretoria no estrangeiro será na Capital daquele país, mesmo que a obrigação tenha sido contraída por sua agência situada no Brasil.
- (A) Todas as assertivas são incorretas
 (B) São corretas apenas as assertivas I e III.
 (C) São corretas apenas as assertivas II e IV.
 (D) São corretas apenas as assertivas IV e V.
 (E) São corretas apenas as assertivas III e IV.

I: incorreta, pois os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado (CC, arts. 41 e 44, V); **II**: incorreta, pois os estatutos podem instituir categorias com vantagens especiais (CC, art. 55); **III**: correta, pois referida previsão encontra respaldo no CC, art. 41, parágrafo único; **IV**: correta, pois é a inscrição do ato no registro que dá existência legal à Pessoa Jurídica (CC, art. 45); **V**: incorreta, pois, se a administração ou diretoria tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, a que ela corresponder (CC, art. 75, § 2º).

„E” Gabarito

2.4. DOMICÍLIO

(Magistratura/PA – 2012 – CESPE) A respeito do domicílio da pessoa natural, assinale a opção correta.

- (A) Se a pessoa possuir mais de um domicílio, o local onde ela exercer atividade profissional será considerado o domicílio para fins legais.
 (B) Para a lei, o elemento subjetivo mostra-se importante na definição do domicílio.
 (C) O domicílio profissional é tratado pela lei como residual.
 (D) É considerado especial o domicílio do itinerante.
 (E) A definitividade não é critério legal para se estabelecer o domicílio.

A: incorreta, pois o art. 71 prevê a hipótese de domicílio plural e estabelece que nesse caso será considerado como domicílio, qualquer das residências onde a pessoa viva; **B**: correta, pois além do elemento objetivo, que é a fixação da residência em determinado lugar, existe ainda o elemento subjetivo que é a intenção de ali permanecer, a firme ideia de um lugar do qual se saia com a intenção de voltar; **C**: incorreta, pois o itinerante não tem domicílio especial, ao contrário, seu domicílio será o local onde for encontrado (CC, art. 73); **D**: incorreta pois a ideia de permanência e definitividade é critério para fixação do domicílio.

„B” Gabarito

(Magistratura/PE – 2011 – FCC) A pessoa jurídica “X” que tem sede na Capital do Estado e estabelecimento em diversos municípios do interior, em um desses municípios contratou os serviços da oficina mecânica “Y” para manutenção de seus veículos mas não pagou pelos serviços prestados. Tendo “Y” de demandar a devedora no domicílio dela, é possível ajuizar a ação

- (A) somente na Capital do Estado, porque nela se encontra a sede da devedora.
 (B) em qualquer comarca, dentro da qual a devedora possuía estabelecimento.
 (C) na comarca a que pertencer o município no qual o contrato foi celebrado.
 (D) apenas na comarca a que pertencer o município onde se encontrar o principal estabelecimento da devedora.
 (E) em qualquer comarca do Estado, de livre escolha do credor, porque o domicílio na Capital estende seus efeitos para todo o limite territorial do Estado.

Tendo a pessoa jurídica “X” diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados (art. 75, § 1º, do CC). Assim, a ação será ajuizada na comarca do estabelecimento em que foi celebrado o contrato.

„C” Gabarito

(Delegado de Polícia/GO – 2013 – UEG) O Código Civil apresentou inovações acerca do estudo do domicílio da pessoa natural. Diante do exposto, verifica-se que

- (A) o domicílio dos representados é aquele fixado pela vontade do representante legal, regulado